

ATA N.º 24/2023

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2023:

No dia seis de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas treze horas e seis minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Isabel Alexandra da Conceição Tirana, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de Câmara Municipal, apresentado pelo Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, foi convocado, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Sra. Isabel Alexandra da Conceição Tirana. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doação

PONTO 2 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028

PONTO 3 – Empréstimos bancários de médio e longo prazo para investimentos candidatados ao "Portugal 2020" – 1ª adenda a contratos de financiamento BEI

PONTO 4 – Licenciamento de operação de loteamento. Requerente: Henrest, Restauração e Serviços, Lda. N.º Processo: L-3659/2022. Local: Vale de Craveiras – Quinta do Anjo

PONTO 5 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Palmela - atualizações

PONTO 6 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Pinhal Novo - atualizações

PONTO 7 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo - atualizações

PONTO 8 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a União de Freguesias de Poceirão e Marateca - atualizações

PONTO 9 – Contratos interadministrativos com a Junta de Freguesia de Palmela - atualizações

PONTO 10 – Contratos interadministrativos com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo - atualizações

PONTO 11 – Contratos interadministrativos com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo - atualizações

PONTO 12 – Contratos interadministrativos com a Junta de Freguesia de União de Freguesias de Poceirão e Marateca - atualizações

PONTO 13 – Mapa de Pessoal para o ano de 2024 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

PONTO 14 – Segunda via do Cartão Escolar Municipal – preço para emissão do cartão

PONTO 15 – Preços de bilhetes para espetáculos no Cine-Teatro S. João 2024

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Despachos emitidos pelo Sr. Presidente, por delegação de competências – Em matéria do urbanismo:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Presidente, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 20/11/2023 a 30/11/2023.

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria de processos do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 22/11/2023 a 05/12/2023.

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 17/11/2023 a 05/12/2023.

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria de processos de obras públicas e procedimentos administrativos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho; e Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, Dra. Teresa Palaio, em matéria de processos de obras públicas e procedimento administrativos, no período compreendido entre 21/11/2023 a 04/12/2023.

Despachos emitidos por (sub)delegação de competências - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 6, dos processos despachados no âmbito da Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco e pelo Chefe da Divisão de Atendimento e Administração Geral, Dr. Pedro Ferreira no período compreendido entre 22/11/2023 a 05/12/2023.

Contabilidade

Pagamentos autorizados

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 05/04/2023 a 18/04/2023, no valor de 2.260.377,74 € (dois milhões, duzentos e sessenta mil, trezentos e setenta e sete euros e setenta e quatro centimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 7.

Tesouraria

Balancete

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 06/12/2023, apresenta um saldo de 12.753.114,43 € (doze milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e quatorze euros e quarenta e três centimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 10.055.393,43 € (dez milhões, cinquenta e cinco mil, trezentos e noventa e três euros e quarenta e três centimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.526.659,11 € (dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove euros, e onze centimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Voto de Pesar** (Paulo Jorge Santos) - dos/as Eleitos/as do PS

Aprovada, por unanimidade, a admissão do Voto de Pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (João Taniça Cruz) – dos/a Eleitos/a da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Samuel Vila Martins) – dos/a Eleitos/a da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Rafael Alexandre Cristina) - dos/a Eleitos/a da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Equipa Feminina de natação da Palmela Desporto) - dos/a Eleitos/a da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** depois de cumprimentar o todos os presentes, apresenta o voto de pesar que se transcreve:

. **Voto de Pesar** (Paulo Jorge Santos) - dos/as Eleitos/as do PS

«Paulo Jorge da Cruz dos Santos, 54 anos, advogado, residente em Águas de Moura deixou-nos subitamente no passado dia 28 de novembro de 2023.

É com profunda consternação que escrevemos estas palavras. Não há palavras que possam descrever a tristeza que nos invadiu a todos nós, com esta triste e inesperada notícia.

Autarca em exercício, enquanto membro da Assembleia Municipal de Palmela e membro da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, eleito pelo Partido Socialista, era também secretário da Comissão Política Concelhia de Palmela do Partido Socialista.

Licenciado em direito e advogado de profissão, Paulo Jorge da Cruz dos Santos deixou um legado conhecimento tanto na sua vida profissional como política. A sua atividade político-partidária, fez-se sentir particularmente na terra onde cresceu, Águas de Moura, por quanto foi um interventivo convicto e um político ativo, onde sempre teve um cunho muito pessoal e

convicto nas suas intervenções. Quem com ele teve oportunidade de privar e trabalhar, destaca a sua vertente humanista que merece um profundo respeito e admiração de todos.

Paulo Santos ficará para sempre conhecido como um homem de causas, um homem de bem e um amigo do seu amigo.

O concelho de Palmela ficou mais pobre com a sua partida, mas enriquecido pelo seu legado e memória.

O mundo perdeu um dos mais belos sorrisos e um dos mais puros corações. Nunca te esqueceremos.

Reunida em Palmela a 6 de dezembro, a Câmara Municipal de Palmela lamenta o falecimento de Paulo dos Santos e endereça à sua família e amigos sentidas condolências.»

Sobre o voto de pesar (Paulo Jorge Santos) intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta todos os presentes e refere que o Sr. Paulo Santos era um ilustre colega que, além de se encontrarem na política, encontravam-se também no exercício na profissão. Não quer por isso deixar de expressar que o Sr. Paulo Santos era um homem de bem com a vida, coisa muito importante, porque a vida é curta, e torna-se muito mau se estamos de mal com a mesma

Em homenagem à sua memória, manifesta em seu nome pessoal e do Partido Social Democrata, as sinceras condolências à família, ao Partido Socialista e a todos os seus camaradas de bancada.

O **Sr. Presidente**, em nome da bancada da CDU e na qualidade de Presidente da Câmara, deixa a nota que foram todos surpreendidos pela triste partida do Sr. Paulo Santos. Refere que aprenderam a conviver com ele na sua intervenção política e cedo se aperceberam que era um ser humano excecional, surpreendendo com a forma como acompanhava todas as iniciativas do executivo municipal e considera que se tratava de um homem próximo e interessado.

Acrescenta que todos estão consternados e são precisas pessoas como o Sr. Paulo Santos, com um estado de espírito na vida e na política como ele.

Conclui, referindo que se associam ao voto de pesar.

Submetido a votação o Voto de Pesar (Paulo Jorge Santos) – dos/as Eleitos/as do PS, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** depois de cumprimentar todos os presentes, apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (João Taniça Cruz) – dos/a Eleitos/a da CDU.

«João Cruz, nadador da Palmela Desporto, conquistou três títulos de Campeão Nacional ao vencer as provas de 100 metros costas, 100 metros bruços e 100 metros livres, na categoria S12 sénior, no Campeonato Nacional de Inverno de Natação Adaptada, que se realizou no dia 25 de novembro, no Complexo de Piscinas Municipais de Rio Maior.

Reunida em Palmela, a 6 de dezembro, a Câmara Municipal de Palmela saúda o nadador João Cruz pelos resultados alcançados, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.»

Submetida a votação a saudação (João Taniça Cruz) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Samuel Vila Martins) – dos/a Eleitos/a da CDU.

«Samuel Martins, nadador da Palmela Desporto, sagrou-se Campeão Nacional ao vencer a prova de 400 metros livres, sagrando-se ainda Vice-Campeão nas provas de 50m e 100m livres, na categoria S10 sénior, no Campeonato Nacional de Inverno de Natação Adaptada, que se realizou no dia 25 de novembro, no Complexo de Piscinas Municipais de Rio Maior.

Reunida em Palmela, a 6 de dezembro, a Câmara Municipal de Palmela saúda o nadador João Cruz pelos resultados alcançados, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.»

Submetida a votação a saudação (Samuel Vila Martins) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Rafael Alexandre Cristina) - dos/a Eleitos/a da CDU.

«Rafael Cristina, nadador da Palmela Desporto, conquistou o título de Campeão Nacional ao vencer a prova de 100 metros bruços, na categoria SB4 Esperanças, no Campeonato Nacional de Inverno de Natação Adaptada, que se realizou no dia 25 de novembro, no Complexo de Piscinas Municipais de Rio Maior.

Reunida em Palmela, a 6 de dezembro, a Câmara Municipal de Palmela saúda o nadador Rafael Cristina pelos resultados alcançados, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.»

Submetida a votação a saudação (Rafael Alexandre Cristina) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Equipa Feminina de natação da Palmela Desporto) - dos/a Eleitos/a da CDU.

«A equipa feminina de natação da Palmela Desporto, constituída por Leonor Parente, Sara Alves, Matilde Fialho, Rita Silva, Margarida Miranda e Inês Barona, garantiu a subida à 2.ª

Divisão Nacional de Natação, ao conquistar o 3.º lugar, entre 32 equipas, nos Campeonatos Nacionais de Clubes da 3.ª Divisão, que se realizou no dia 1 de dezembro, no Complexo de Desporto e Lazer de Estarreja.

Reunida em Palmela, a 6 de dezembro, a Câmara Municipal de Palmela saúda a equipa feminina de natação da Palmela Desporto pelo resultado alcançado, desejando os maiores sucessos para as suas carreiras desportivas e que continuem a dignificar o concelho.»

Submetida a votação saudação (Equipa Feminina de natação da Palmela Desporto) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. Intervenção do Presidente da Associação do Bombeiros de Pinhal Novo na Reunião Pública de Câmara de 22 de novembro – O **Sr. Presidente** começa por prestar um esclarecimento público, após terem sido confrontados na última reunião de Câmara Municipal pela intervenção, no período destinado à participação dos cidadãos, do Sr. Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo, para denunciar o alegado atraso no pagamento pelo Município às Equipas de Intervenção Permanente, assim como da transferência da verba destinada à aquisição de uma viatura, cujo contrato-programa haviam retificado nessa mesma reunião.

Recorda que foi dito que não recebiam desde maio.

Não estando, na altura, munido da documentação que permitia comprovar a reposição da verdade, importa agora prestar esses esclarecimentos, pois a Câmara Municipal não ficou confortável com toda esta situação.

Começa por informar que, no mesmo dia, tinha existido uma missiva da parte do dirigente do Serviço Municipal da Proteção Civil, a explicar as contas que estavam a ser feitas e as retificações efetuadas.

Esclarece que as transferências financeiras referentes às duas Equipas de Intervenção Permanente protocoladas entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Associação de Bombeiros e o Município, foram integralmente realizadas e que os cálculos dos valores transferidos foram e são apurados de acordo com uma Portaria que a regulamenta e em função do número de efetivos existentes nas EIP (Equipas de Intervenção Permanente).

Refere que a partir de maio aperceberam-se que a composição das Equipas de Intervenção Permanente dos três corpos de bombeiros nem sempre são aquelas que estão protocoladas (que implica um chefe e quatro operacionais, podendo funcionar só com três operacionais), existindo oscilações de mês para mês. Para além de alguns esclarecimentos solicitados à

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, que faz o pagamento dos restantes 50% (que deveria, segundo o Sr. Presidente, escrutinar e fiscalizar melhor o exercício das Equipas de Intervenção Permanente), o Município, na posse dos documentos das Associações de Bombeiros, com os respetivos descontos para a Segurança Social, juntamente com as folhas de salário (que não são integralmente das Equipas de Intervenção Permanente), teve necessidade, por uma questão de interesse público, transparência e rigor, e para não estar a transferir mensalmente valores para uma equipa completa que não está a funcionar, de conferir todos estes aspetos.

Mais refere que os pagamentos são geralmente feitos no mês seguinte, dependendo da data em que entra a documentação, tendo havido um pagamento de maio/junho e julho que só foi liquidado em julho, porque existiu a necessidade de se conferir os aspetos mencionados.

Dá nota que no dia 2 de novembro foi feita uma transferência referente aos meses de agosto e setembro do corrente ano, sendo que o mês de outubro se encontra a pagamento e o mês de novembro ainda não deu entrada.

Realça que foi afirmado pelo Sr. Presidente da Associação que as Equipas de Intervenção Permanente não estavam a receber verbas desde maio, afirmação que reitera não ser correta.

Realça ainda que, com as outras associações, não têm quaisquer problemas e os esclarecimentos são feitos “ao dia”.

Relembra que a vinda das Equipas de Intervenção Permanente para o concelho foi feita de acordo e com iniciativa política da Câmara Municipal com o anterior Secretário de Estado em atos celebrados no Centro Cultural do Poceirão para a constituição de duas equipas. Partilha que estão disponíveis para apoiar uma terceira Equipa, caso as Associações de Bombeiros conseguirem garantir pessoal.

Sentiram-se, por isso “enxovalhados” com a forma como este assunto foi tratado.

No próprio dia, durante a tarde, o Serviço Municipal de Proteção Civil partilhou a missiva a esclarecer as contas que se fazem relativamente a eventuais “desencontros”.

Partilha que na mesma Reunião de Câmara esteve-se a retificar e a aprovar uma proposta (aprovada por unanimidade), para se poder adiantar 20% do valor da viatura que se comprometeram a pagar, uma por ano a cada associação, num valor de 300 mil euros (um dos maiores investimentos de sempre em equipamentos, pelo facto das três Associações do Concelho de Palmela não terem sido beneficiadas com viatura alguma de combate a incêndios – tiveram esse compromisso de mandato e estão a cumpri-lo escrupulosamente)

A Associação dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo tem direito a esta verba no ano 2024, Palmela já começou a receber e Águas de Moura receberá em 2025. Foi isso que ficou definido.

Em setembro, o Sr. Presidente da Associação pediu um adiantamento para poderem avançar com a encomenda do equipamento e da viatura. A autarquia, em reunião de Câmara Municipal, aprovou esse adiantamento. Foram surpreendidos pela necessidade de terem de fazer uma retificação, porque o Sr. Presidente da Associação de Bombeiros não quis assinar o protocolo, porque os faseamentos não estavam conforme os orçamentos apresentados na Câmara. Com o orçamento apresentado em maio e que aos dias de hoje, nem a empresa nem a associação se quiseram comprometer. Entre a reunião de setembro e a reunião do pretérito dia 22 de novembro, apenas foi alterada a data da segunda tranche, mas o que esteve em causa, na exceção da decisão foi a antecipação dos 20% que são iguais em qualquer uma das propostas.

Por isso, considera que o Sr. Presidente da Associação não se pode queixar de não ter recebido a verba para sinalizar a viatura, porque foi o Sr. Presidente da Associação que não quis assinar o protocolo aprovado em reunião de Câmara em setembro, pondo em causa o objetivo da proposta, que era antecipar a verba.

As questões devem ser apresentadas com rigor e não faltar à verdade. Assim, considera que deveria dar conhecimento do “outro lado da versão” e se for necessário partilha com o restante executivo o teor do ofício que enviou, quer para o Sr. Presidente da Associação, quer para o Sr. Presidente da Assembleia Geral (que lamenta o sucedido, pois não é forma de se relacionar com instituições que têm sido o principal suporte às Associações de Bombeiros).

. Ribeiro da Salgueirinha: projeto para a regularização e valorização da 2ª fase adjudicado – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** começa por cumprimentar todos os presentes e torna público que o projeto para a regularização e valorização da Ribeira da Salgueirinha – 2ª fase foi adjudicado por 282.900,00€, incluindo o IVA.

Refere que o objetivo é projetar a intervenção nos 7,6 quilómetros entre a nascente, na Serra do Louro, e o Vale do Alecrim, completando, assim, a intervenção em toda a linha de água, numa extensão de mais de 13 quilómetros.

Informa que o projeto deve definir a intervenção a realizar para assegurar o bom funcionamento hidráulico e implementar secções dimensionadas para comportar a chamada cheia centenária, evitando que os terrenos marginais sofram.

Dá nota que, outro objetivo importante, é concertar as áreas de Reserva Ecológica e as áreas urbanas, bem como defender e valorizar os ecossistemas e valorizar a paisagem, potenciando o usufruto daquela importante linha de água, revestindo-se esta intervenção de especial importância no atual contexto de alterações climáticas.

Afirma que se trata de um projeto desafiante, já que a sua intervenção será numa extensão significativa e heterogénea, que inclui o atravessamento de localidades consolidadas como Lagoinha e Quinta do Anjo, o atravessamento de duas estradas nacionais e uma autoestrada.

O projeto e a obra foram objeto de um protocolo entre o Município e o Fundo Ambiental, que compartilha os custos em 85%, com o montante máximo de cofinanciamento de 3.740.000,00€.

(contributo para os ODS 13 – Ação Climática e 15 – Proteger a Vida Terrestre)

. Estratégia Local de Habitação com mais concursos e adjudicações – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho dá nota que o Município adjudicou, por 277.857,00€, o projeto de arquitetura e especialidades para a construção de edifícios de habitação a custos controlados nos lotes 92, 93, 94, 95 da Urbanização UrbiAires. Informa que se tratam de edifícios plurifamiliares para um total de 32 fogos em 2644 m2 de pavimento.

Mais informa que foram também adjudicados mais dois projetos de arquitetura e um estudo prévio. O projeto de arquitetura e especialidades para a reabilitação de um edifício na Av. da Liberdade e Largo de São Pedro, em Águas de Moura, que foi adjudicado por 43.074,60€, o estudo prévio para construção de edifício para habitação coletiva num lote da Rua Alberto Valente, em Águas de Moura, que foi adjudicado por 11.008,50€ e o projeto simplificado de arquitetura e especialidades para reabilitação de um apartamento na Rua D. João de Castro, em Palmela, que foi adjudicado por 9.532,50€.

Continua informando que foram adjudicadas também empreitadas de reabilitação em nove imóveis municipais, apartamentos situados em Palmela e em Pinhal Novo, pelo valor total, acrescido de IVA, de 273.491,98€.

Salienta que este conjunto de novos investimentos em projetos e obras, que totalizam 614.964,58€, junta-se aos projetos já em execução para reabilitações no centro histórico de Palmela e construção de raiz em Cabeço Velinho.

Realça que, para além do objetivo principal de garantir habitação digna e acessível, estes investimentos contribuem também para a reabilitação urbana e para a sustentabilidade, já que a eficiência energética e o princípio de não prejudicar significativamente o ambiente são princípios orientadores, sendo cofinanciados pelo PRR.

(Contributo para os ODS 10 – Reduzir as Desigualdades e 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis)

. Adjudicada a execução de projeto para “Pavimentação da Rua da Ponte”, Palmela – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que foi adjudicada a execução da pavimentação da Rua da Ponte, em Palmela. Mais informa que, face à necessidade de se proceder à execução de projeto para a “Pavimentação da Rua da Ponte, Palmela”, e dado que a autarquia não possui, internamente, os meios humanos necessários e adequados para execução

desde serviço, procedeu-se à abertura de concurso público para este efeito, tendo sido agora adjudicada pelo valor de 4.920,00€ (IVA incluído).

. Adjudicação da empreitada de "Pavimentação da Rua Francisco Romão – Aqualva"

– A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** informa que se procedeu à adjudicação da empreitada de pavimentação da Rua Francisco Romão, em Aqualva, no valor de 177.301,37€, com prazo de execução de 3 meses, numa área de execução de 1620 m.

Refere que os trabalhos a realizar englobam a execução de pavimentações com massas betuminosas, bases e sub-bases, respetivas bermas e valetas em terreno natural, incluindo outros trabalhos acessórios como sinalização horizontal e vertical e que se trata de uma via rodoviária, com largura de 5,5 m a ser pavimentada.

. 7 Dias do Coração – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que no dia 13 de dezembro realiza-se, entre as 10h00 e as 16h00, no Pavilhão do Parque Mário Bento, em Poceirão, a iniciativa "7 Dias do Coração", promovida pelo Município de Palmela, em parceria com a Liga dos Amigos do Serviço de Cardiologia do Centro Hospitalar de Setúbal, EPE, Agrupamento de Centros de Saúde Arrábida e União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

Destinada à população adulta e de participação gratuita, a iniciativa conta com a presença de várias/os profissionais de saúde, para a realização de rastreios e atividades de promoção da literacia em saúde nas áreas da obesidade, nutrição, hipertensão arterial, tabagismo, fibrilhação auricular, diabetes, colesterol e exercício físico.

Esta atividade enquadra-se no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 - Saúde de Qualidade e integra o plano de ação da Operação Integrada Local (OIL) Poceirão - Marateca, um projeto financiado ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no quadro do Plano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana de Lisboa.

. Mural participativo "Colorir é Florescer" e Pintura 3D "Educação com sentido é ir no sentido de todos" – A Sra. Vereadora Maria João Camolas partilha que no dia 11 de dezembro, pelas 11h00, será inaugurado o mural participativo "Colorir é Florescer", na EB Águas de Moura, que integra o programa articulado das Comemorações dos Dias Internacionais das Cidades Educadoras, 30 de novembro e Direitos Humanos, 10 de dezembro.

Informa que o mural surge no âmbito do plano de ação da Operação Integrada Local (OIL) Poceirão - Marateca, projeto financiado ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no quadro do Plano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana de Lisboa.

Refere que, dinamizado pela FOME – Associação Cultural com o envolvimento de Mafalda Gonçalves, o Mural parte de dinâmicas colaborativas com a população de mais idade da União

de Freguesias de Poceirão e Marateca que inspiram a artista, valoriza as memórias, as tradições e as vivências rurais daquele território, motivando a solidariedade entre gerações e a alteração de mentalidades no envelhecimento, a par do reforço da relação escola/comunidade, das aprendizagens formais e informais, salientando que a Educação vai para além dos muros da Escola, e uma “Educação com sentido é ir no sentido de todos”, mote da campanha local de sensibilização dinamizada pelo Município, desde 2020.

Refere ainda que em simultâneo, durante o mês de dezembro, decorre a pintura de Frases 3D – “Educação com sentido é ir no sentido de todos”, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social da UFPM sublinhando que a Educação é um Direito Universal ao longo da vida; é a Chave para o Diálogo e Liberdade; transforma as Pessoas e o Mundo.

As comemorações do Dia Internacional das Cidades Educadoras e do Dia Internacional dos Direitos Humanos, tem como lema “Cultura, fonte de criação, aprendizagem e liberdade”.

Pretendem realçar a diversidade cultural, a oportunidade do território como ecossistema educativo, inclusivo, dinâmico e em diálogo permanente com a população num contexto desafiante, pautado pelos 50 anos da conquista de Abril de 1974 e o caminho contínuo da Democracia, à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 4 - Educação de Qualidade, do Projeto Educativo local e da Carta das Cidades Educadoras.

Assuntos apresentados pelo Sr. Vereadores Carlos de Sousa

. **Pavimento na Rua da Botânica, Aires** – O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** cumprimenta todos os presentes e alerta que o pavimento na Rua da Botânica em Aires está em muito mau estado. Informa que a camada de desgaste praticamente desapareceu, as pedras já se estão a soltar e, por isso, seria necessária uma intervenção com alguma rapidez.

. **Acesso dos fornecedores ao “Supermercado Laranjeira”, no Poceirão** – O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que na travessa que dá acesso aos fornecedores de produtos de frio para o “Supermercado Laranjeira”, foi colocado um sinal de proibição de passagem a todos os veículos. Deixa a nota que seria importante colocar uma placa com a indicação de “expecto para o acesso a veículos fornecedores ao Supermercado”.

Face às intervenções do Sr. Vereador Carlos de Sousa, são prestados os seguintes esclarecimentos:

_ **Pavimento na Rua da Botânica, Aires** – O **Sr. Presidente** responde que a Sra. Vereadora irá tomar nota, para ver se no âmbito da conservação permanente se consegue efetuar a intervenção de melhoria. Sabe que nessa zona está prevista reposição de betuminosos nos parques de estacionamento.

_ Acesso dos fornecedores ao “Supermercado Laranjeira”, no Poceirão – O Sr. Presidente partilha que tem conhecimento da situação reportada, pois trata-se de um assunto recorrente em reuniões e no “Eu Participo”, porque existe quem conteste o acesso dos veículos a essa zona. Têm de equacionar a situação e pede à Sra. Vereadora para ter em consideração este assunto.

Antes de passar à Ordem do Dia, o **Sr. Presidente** intervém para prestar alguns esclarecimentos quanto à notícia publicada na sequência do **estudo da Comissão Técnica Independente relativa ao Novo Aeroporto Internacional de Lisboa**.

Partilha que o Município de Palmela tem participado nas reuniões da Comissão Técnica Independente. Refere que, desde a primeira hora, é conhecida a posição do Município que, em tempos, aprovou em reuniões de Câmara e de Assembleia Municipal, uma posição unida da solução do Campo de Tiro de Alcochete. Sabem que nos últimos anos, por razões de outra natureza, mesmo não estando todos unidos ou convictos, da parte da CDU, e no âmbito dos compromissos regionais e de toda a reflexão que tem sido feita, de planeamento estratégico para a região, desde estudos do PEDEPS (Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal), dos estudos do Plano Regional do Ordenamento do Território (que não chegou a ser aprovado em 2011), que consideram sempre, pelos elementos que tinham de estudos de natureza ambiental, financeira, impactos, que Alcochete seria a melhor solução.

Teve oportunidade de estar presente, em representação do Município, no dia anterior, na apresentação do estudo apresentado. Pesados os fatores críticos de decisão sejam aqueles que digam respeito à segurança aeronáutica, à acessibilidade e território, saúde humana e viabilidade ambiental, à conectividade e ao desenvolvimento económico, investimento público e modelo de financiamento, Alcochete aparece citado quer na primeira ordem de preferência, quer na segunda ordem de preferência em diversos destes fatores.

Não é um produto acabado.

Na sua opinião pessoal e o que defende é que os estudos que existem já são demais suficientes para uma opção, mas nada tem contra com o aprofundamento e o estudo de outras variáveis. Acompanhou os trabalhos, reconhece a idoneidade, independência, rigor. Acompanhou igualmente o que foi proposto à Comissão Técnica Independente e sabe que os estudos foram feitos dessa forma.

Terão uma inclinação para uma solução muito próxima, seja o Campo de Tiro de Alcochete, como Vendas Novas, mas a que se afigura mais vantajosa, passará sempre primeiramente pelo investimento rápido no Aeroporto Humberto Delgado. Situação que também está contemplada e considerada no estudo feito, ou seja, numa primeira fase, o Aeroporto Humberto Delgado

mais Alcochete até passar definitivamente para Alcochete, numa lógica de Aeroporto Intercontinental, único com duas pistas.

Continuam a ter opiniões e visões diferentes. Já ouviu de vários especialistas e desconfia mais das opiniões vindas de quem está ligado à empresa que irá investir nesta obra e que não o querem fazer. Lembra que quando foi privatizada e no âmbito das PPP (Parcerias Público-Privadas) tinha como obrigação a construção de um novo aeroporto e não um “apeadeiro”.

Percebem algumas movimentações e por isso torna público a justificação de qual a posição que o Município sempre tomou e que o próprio entendeu tomar em representação do Município.

Apela a todos os cidadãos interessados nesta matéria que queiram consultar o processo, que o mesmo se encontra desde as 17 horas do dia 5 de dezembro em discussão pública (a presente versão) até existir uma proposta final.

Pessoalmente considera que o Governo, mesmo no período de transição que se atravessa, já o poderia resolver.

Reforça que o país não pode adiar muito mais uma decisão desta natureza e que está na altura de se assumir essa decisão.

Apela, novamente, à participação de todos os cidadãos, partilhando que estão a tentar realizar, no concelho, provavelmente no Auditório Municipal de Pinhal Novo – Rui Guerreiro, uma sessão de esclarecimento com a Associação de Municípios da Região de Setúbal e outras entidades envolvidas neste processo de forma a explicar o estudo e esclarecer a posição maioritária que existe na região sobre a presente matéria.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** cumprimenta todos os presentes e espera que não se tenha que esperar mais 50 anos por uma decisão que “atrofia” a economia nacional, que “atrofia” a economia regional e o desenvolvimento do turismo, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa e não só.

São um país pequeno em área e não podem apostar em aeroportos com distâncias que sendo normais em países grandes, mas que em Portugal acabaria por ficar mais próximo de Espanha do que da capital.

Devem tomar uma decisão rápida. Existem estudos para todos os gostos. Existem estudos que definem prioridades diferenciadas.

A perspetiva do Partido Socialista é que a decisão que seja tomada, seja bem pensada, rapidamente decidida e que a região retire daí o melhor, em termos de desenvolvimento económico, quer na área do turismo como em todas as outras áreas complementares ao turismo.

Não sabe se Benavente/Samora Correia (Alcochete) será a melhor solução. Alguns técnicos afirmam que sim outros não, mas a verdade é que o país precisa rapidamente de um

aeroporto, de um mais um, ou de um internacional, que possa libertar ou fazer com que Lisboa e o resto do país não seja prejudicado com a dificuldade existente.

Mais do que o local, considera que a decisão tem de ser tomada rapidamente e que seja maioritariamente pelo próximo governo e restantes grupos políticos.

Desejam que o problema seja resolvido a bem da região, do país e da economia.

O **Sr. Presidente** concorda que tem de existir uma decisão.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** intervém para afirmar que o presente tema é caro, pois quando foi presidente da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, lutou quando existiam as duas hipóteses: Ota e Campo de Tiro de Alcochete.

Nessa altura teve um “assessor”, o Sr. General Ramos Ferreira e com ele aprendeu muito acerca do que são aeroportos e aviões. Na altura quando se discutia as duas hipóteses existentes, lembra-se que a opinião do Sr. General à solução da Ota não era a mais viável sendo até a menos sustentável.

Está de acordo com a alternativa de Alcochete, pois poderá ser feito por fases. Considera ser correto não só do ponto de vista financeiro como também pelo contributo da poluição dos grandes aviões nas questões do ozono. Esta é inclusive uma questão que está a ser discutida a nível mundial, nomeadamente a nível da Comunidade Europeia, que medidas é que poderão ou não existir se o crescimento dos voos ou a utilização de aviões, vai continuar como tem sido até aos nossos dias, face às questões do ozono e da poluição que os mesmos provocam. Do que conhece, o que é importante é o aeroporto sair de Lisboa. Não se podem esquecer que Lisboa, está a contrariar a política europeia no que diz respeito ao ruído e alerta para o facto de nunca ter ocorrido nenhum desastre.

Em paralelo, considera uma boa solução fazer-se por fases, acompanhando o que se está a discutir a nível do incremento ou não e do crescimento ou não dos voos pela Europa e pelo Mundo.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** considera que este foi o esforço que foi feito na sequência de um compromisso entre o líder do PSD e o Primeiro Ministro da avaliação estratégica das várias hipóteses que competem. Foram apontadas pistas com as várias questões levantadas e termos que devem ser comparados, como custos, questões ambientais, aeronáuticas e questões do impacto económico e social no país e na região.

Recorda que dos vários aeroportos das capitais europeias, com muitas a serem servidas com mais do que um aeroporto (Londres tem 4 ou 5, por exemplo), Oslo tem o segundo aeroporto mais longe: a 70 quilómetros.

Devem ter em atenção a tomada de posição e estudo técnico, que é uma tomada de posição política e o único compromisso, segundo o próprio, é a fase de discussão pública que são 30 dias.

Como é do conhecimento público o Governo está demissionário e entrará em gestão depois do despacho do Sr. Presidente da República de exoneração e deixará de ter poderes jurídicos para tomar decisões. Ainda assim, considera ser importante que haja o maior consenso possível e caso não haja, deve ser tomada uma decisão.

Também, considera ser importante que não se entre em megalománias. Que se tenha noção da dimensão do país, as suas possibilidades e necessidades.

Lembra que o único compromisso que foi verbalizado pelo Presidente do PSD, caso seja eleito, no dia 10 de março, para formar governo e seja empossado como Primeiro-Ministro de Portugal, é que seja uma das primeiras decisões a ser tomada, ou seja, a localização e mais tarde a construção do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa.

É um investimento que terá um impacto grande no país e também no distrito.

O **Sr. Presidente** volta a usar da palavra pois considera importante que a cidadania conheça o estudo e se envolva e participe nos 30 dias que existem para o efeito.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Aceitação de doação.

PROPOSTA N.º GAP 01_24-23:

«Através do Programa Mecenas de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de empresas e instituições.

Nesse contexto, a empresa Bacalhau- Ingrediente Magnético Lda manifestou a sua intenção de efetuar um donativo em espécie à Câmara Municipal de Palmela.

Assim, nos termos do disposto na alínea j) do nº1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aceitação da doação que a seguir se discrimina.»

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETO	VALOR
Bacalhau Ingrediente Magnético Lda NIF: 514098554	10 caixas de bacalhau	Apoio a famílias desfavorecidas com cabazes alimentares	1.300,00 € (mil e trezentos euros)

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Orçamento e Grande Opções do Plano 2024-2028.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_24-23:

«A presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano foi elaborada de acordo com as regras do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), incluindo, em termos de estrutura e conteúdos, as inovações introduzidas por este novo referencial contabilístico, que revogou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), à exceção da elaboração de demonstrações financeiras previsionais, cuja obrigatoriedade para as entidades da administração local se encontra suspensa por efeitos do art.º 105.º da Lei n.º 12/2022 de 27 de junho e das normas relativas ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento (pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1. do POCAL).

Do ponto de vista programático o Orçamento para o ano económico de 2024 dá sequência ao ciclo autárquico, correspondente ao quadriénio 2021-2025, pelo que as Grandes Opções do Plano incluem a maioria dos compromissos constantes do Plano de Trabalho sancionado nas eleições de setembro de 2021 que ainda falta executar, e refletem, pela primeira vez na sua totalidade, o impacto do processo de transferência de competências da administração central para os municípios (educação, ação social e saúde) e destes para as freguesias.

Ainda no plano programático o ano de 2024 consolida e dá expressão financeira muito substantiva à implementação da Estratégia Local de Habitação e de outros projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) [com particular impacto nas duas freguesias mais desfavorecidas e ruais de Poceirão e Marateca] e, espera-se, deverá dar início ao novo quadro comunitário de apoio – «Portugal2030» [que passados dois anos do mandato ainda não foram publicados avisos. Segundo a CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) e a AML (Área Metropolitana de Lisboa) estão previstos para o primeiro trimestre de 2024. Assim que forem publicados, um conjunto de obras e compromissos terão expressão financeira nas alterações que serão necessárias fazer ao orçamento e plano do próximo ano.] – com a abertura de avisos para a apresentação de candidaturas.

Em termos financeiros o enquadramento macroeconómico do orçamento municipal 2024-28 é semelhante ao do ano anterior, marcado pela pressão inflacionista, aumento das taxas de juro, uma crise energética de dimensões inesperadas e as consequências diretas e indiretas geradas por um conflito armado com potencial para afetar a economia mundial, a que se acrescenta a instabilidade no médio oriente. Assim, segundo as últimas estimativas de diversos organismos, o crescimento do PIB em 2023 será de 2,2% – longe dos 6,7% verificados em 2022 – prevendo-se para os anos subsequentes valores. O nível de incerteza é elevado, fazendo variar as expectativas do crescimento do PIB para 2024 entre 1,5% e os 2,4%, não se excluindo a possibilidade de a economia entrar em recessão (como já ocorre na Alemanha).

Apesar desta visão pessimista relativamente à evolução da economia mundial e seus reflexos nas finanças municipais, a que se junta o clima de grande incerteza gerado pelo contexto de guerra na europa e no médio oriente, as condições de partida do exercício de 2024 são francamente positivas, com disponibilidades financeiras suficientes para suportar o investimento já contratado e/ou comprometido, uma razoável «carteira» de candidaturas e/ou projetos cofinanciados aprovados, e uma confortável capacidade de endividamento, possibilitando o recurso ao crédito para financiar novos investimentos.

Neste contexto, o orçamento inicial de 2024 tem um crescimento face ao de 2023, na ordem dos 6,9 %,

- 65,3 milhões correspondem à receita própria do município, que cresce em devido aos bons resultados, em 2022 e 2023, dos impostos diretos – que afetaram positivamente a média dos 24 meses – e do aumento das transferências do Orçamento de Estado (FEF, FSM, Participação no IRS, Participação no IVA, transferência de competências), e dos ajustamentos efetuados no tarifário da água, saneamento e recolha de resíduos [Também nos impostos diretos, sublinha que foi sobretudo o IMT que foi compensando os valores, depois das reduções ao IMI e outros impostos];
- 9,4 milhões correspondem a comparticipações dos fundos comunitários de candidaturas aprovadas, dos quais 6,6 milhões afetos à Estratégia Local de Habitação a financiar pelo Plano de Recuperação e Resiliência - PRR e pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana-IHRU;
- 2,6 milhões de euros correspondem a transferências do orçamento de estado para financiar investimentos da responsabilidade da administração central (Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária de Palmela, Regularização da Ribeira da Salgueirinha, 2ª fase e Posto da GNR de Poceirão).

Este crescimento permite prosseguir uma política fiscal mais favorável para as famílias – nomeadamente através de nova redução da taxa do IMI –, a manutenção da denominada tarifa social da água (apesar dos ajustamentos efetuados no restante tarifário), a oferta de novos benefícios sociais e o reforço dos existentes, e ainda, o aumento da capacidade de

endividamento, que se revela indispensável para financiar o volume de investimento inscrito no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para os anos seguintes.

No capítulo da despesa mantém-se a perspetiva de uma parte substancial do aumento das disponibilidades financeiras do município ser absorvida com compromissos e encargos existentes, em consequência do efeito conjugado de diversos fatores, nomeadamente: crescimento da taxa de inflação; crescimento exponencial da necessidade de contratação de alguns bens e serviços (caso da higiene e limpeza urbana nas suas diferentes vertentes); assunção de novos compromissos em resultado do processo de transferência de competências; necessidade de novas contratações de pessoal, desbloqueamento das progressões e promoções.

Em virtude de o crescimento da receita não resultar, em 2024 e anos seguintes, num aumento da capacidade de autofinanciamento, será necessário contratar um novo empréstimo bancário de médio e longo prazo, no valor de 7,5 milhões de euros, para financiar uma lista investimentos constantes do plano de trabalho para o mandato, inscritos ou a inscrever no Plano Plurianual de Investimentos, em aprovação pelos órgãos municipais.

Em suma, com a informação de que dispomos, podemos concluir:

1. que 2024 continuará a ser um ano muito exigente, marcado pela imprevisibilidade, abrandamento do crescimento do PIB e uma possível recessão económica;
2. que fruto das opções de gestão tomadas nos últimos anos (de agir com prudência, contendo a despesa, em particular a de natureza mais rígida e evitando cortes bruscos na estrutura da receita; de buscar permanentemente ganhos de eficiência nas despesas de funcionamento, de modo a permitir continuar a libertar recursos para o investimento e para a atividade; de implementação de uma política agressiva de obtenção de apoios e financiamentos externos; de gerir os saldos de gerência com parcimónia e numa perspetiva plurianual, entre outras) o município dispõe de meios para financiar o investimento contratados e a atividade programadas para 2024, e ainda, de uma generosa capacidade de endividamento que lhe possibilita incluir novos investimentos no PPI.

Financeiramente, a proposta caracteriza-se por:

1. Orçamento

O Orçamento apresenta um valor global de 77,5 milhões de euros, o que representa um aumento de 6,9% relativamente ao orçamento inicial de 2023 e menos 11,2% face ao orçamento em vigor (o qual incorpora o saldo de gerência de 2022).

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza 31,3 milhões de euros, registando um aumento de 10,7%, continuando a ser o capítulo com maior peso no total da receita (40,3%). O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, calculado com base na média dos últimos 24 meses, é a principal componente dos Impostos Diretos.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Participação Variável no IRS, Transferências de Competências no âmbito da Educação, Saúde e Ação Social e a Participação do IVA) totalizam 17,7 milhões de euros e representam 22,9% do total das receitas orçamentadas.

O capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de 3,6 milhões de euros, representa 4,6% do total das receitas. Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de 12,6 milhões de euros, representa 16,3% do total das receitas, registando um acréscimo de 10% relativamente a 2023.

Apesar das receitas ordinárias (receitas próprias mais transferência do estado resultantes da participação do município nos impostos nacionais) se situarem nos 65,3 milhões de euros, o orçamento da receita proposto tem o valor de 77,5 milhões de euros. Este diferencial resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de candidaturas ao PRR, no âmbito da Habitação, transferências de competências no âmbito da educação, ação social e saúde, bem como de verbas provenientes de investimentos financiados pelo Estado. As despesas com investimento situam-se nos 17,5 milhões de euros no orçamento inicial.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: 45,8 milhões de euros (59,1%), dos quais 17,5 milhões correspondem a investimento (38,2%);
- Pessoal: 29,8 milhões euros (38,4%);
- Despesas não imputadas às GOP: 2 milhões euros (2,5%).

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura da Receita e Despesa para o ano 2024.

unidade: euro

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Impostos Diretos	31 258 911,00	40,3%	Pessoal	29 782 405,00	38,4%
Impostos Indiretos	1,00	0,0%	Aquisição Bens e Serviços Correntes	18 481 577,00	23,8%
Taxas Coimas e Outras Penalidades	3 601 408,00	4,6%	Encargos Correntes da Dívida	582 120,00	0,8%
Rendimentos de Propriedade	15 003,00	0,0%	Transferências Correntes	7 316 303,00	9,4%
Transferências Correntes	18 038 703,00	23,3%	Subsídios	780 000,00	1,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	12 621 387,00	16,3%	Outras Despesas Correntes	271 150,00	0,3%
Outras Receitas Correntes	30 000,00	0,0%			
Total Receitas Correntes	65 565 413,00	84,6%	Total Despesas Correntes	57 213 555,00	73,8%
Venda Bens de Investimento	10 601,00	0,0%	Aquisição de Bens de Capital	17 719 776,00	22,9%
Transferências de Capital	11 942 557,00	15,4%	Transferências de Capital	1 356 847,00	1,8%
Passivos Financeiros	0,00	0,0%	Ativos Financeiros	0,00	0,0%
Outras Receitas de Capital	2,00	0,0%	Passivos Financeiros	1 233 945,00	1,6%
Total Receitas de Capital	11 953 160,00	15,4%	Outras Despesas de Capital	100,00	0,0%
Outras Receitas	5 650,00	0,0%	Total Despesas de Capital	20 310 668,00	26,2%
Total Receita	77 524 223,00	100,0%	Total Despesa	77 524 223,00	100,0%

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de 8,4 milhões de euros, que financia despesas de capital. Nos termos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a regra do equilíbrio orçamental é cumprida, existindo um diferencial positivo de 6,6 milhões de euros.

2. Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de 64,7 milhões de euros, dos quais 45,8 milhões com financiamento assegurado, aumentando 7,5% quando comparado com o valor das GOP iniciais do ano de 2023 e apresenta a seguinte estrutura:

[O **Sr. Presidente** apresenta o quadro seguinte, analisa e fundamenta alguns dos seus pontos, nomeadamente:

- Nas Funções Gerais:
 - – Serviços Gerais da Administração Pública e Segurança e Ordem Pública um valor de 7.599.002€, com 5.363.473€ nos Serviços Gerais da Administração Pública, que dizem respeito aos investimentos das instalações e meios para o funcionamento da organização.
 - Na Segurança e Ordem Públicas um valor de 2.224.529€, onde um milhão está destinado ao Quartel da GNR de Poceirão, sendo o restante para investimento na Proteção Civil, nos Bombeiros, Grupos de Bombeiros Permanentes – EIP (Equipas de Intervenção Permanentes) e para o apoio às viaturas para cada Associação de Bombeiros (em 2024 irão ter uma realização financeira significativa);

- Nas Funções Sociais um valor de 46.201.156€, onde:
 - a Educação continua a ser a grande aposta, seja nos investimentos de novos equipamentos educativos, seja na panóplia de transferências de apoios sociais que dão ao funcionamento da extensa rede escolar que o município tem e que no presente ano cresceu 29 turmas, um total de 9.820.202€.
 - Na Saúde, com uma verba de 1.026.637€ que diz respeito à assunção das competências da gestão das extensões de saúde, pagamento de assistentes operacionais e outros. Partilha que o dinheiro que será recebido não será suficiente para as obras de melhoramento que são necessárias fazer nas várias extensões. Este valor poderá aumentar quando tiverem a candidatura e a contratualização para a Nova Unidade de Saúde de Quinta do Anjo, cujo o aviso saiu há uma semana e estão, por isso a trabalhar na candidatura até dia 15 de dezembro.
 - Na Segurança e Ação Social com um valor de 939.173€ para a natureza das competências que têm e com os apoios que dão na área social. Verba que poderá vir a crescer, há medida da contratualização de obras de IPSS (instituições Particulares de Solidariedade Social) que acabam por solicitar a comparticipação e apoio da Autarquia.
 - Na Habitação e Urbanismo, com 8.308.996€ onde inclui a reabilitação urbana, Centro Histórico e sobretudo a Estratégia Local de Habitação. Acabaram de entregar casas. Já compraram mais 52 apartamentos. Tem o objetivo de comprar outros 102, mas estão a preparar, não só a reabilitação do que têm comprado, como também a compra de habitação nova em Águas de Moura, Aires e outros locais. Será um ano de grande investimento que se prolongará até 2026, pois a Estratégia de Habitação terá de estar concluída até março de 2026.
 - No Ordenamento do Território as verbas são menos significativas, pois são sobretudo para estudos e projetos de acompanhamento da monitorização do PDM (Plano Diretor Municipal), que estará em discussão pública no início do próximo ano.
 - No Saneamento um valor de 7.041.741€.
 - No Abastecimento de Água com 2.789.855€.
 - Resíduos Sólidos com a questão da taxa de gestão de resíduos e do abandono de resíduos que faz com que todos os meses se batam recordes de recolha, de pagamento e de faturação. Foi aprovado um reforço, na alteração modificativa, para pagamento de faturas, pois não tinham previsto este grande aumento. O

investimento na área dos Resíduos Sólidos, quando receberam cerca de 2 milhões de faturas na faturação da tarifa de resíduos, o Município investe 7.693.989€.

- Na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, um valor de 2.337.000€.
- Cultura com 3.562.099€.
- Desporto, Recreio e Lazer um valor de 2.594.969€.
- Nas Funções Económicas:
 - em Indústria e Energia 1.666.750€.
 - Transportes e Comunicações com 6.125.422€ para investimentos na rede viária, na mobilidade e também no sistema de transportes rodoviário e no Passe Navegante. É um ano em que o Município irá deixar de pagar 1.280.000€/ano para o Passe Navegante da TML e passará a pagar 1.600.000€/ano. Um valor que já estava previsto no contrato. Crê que tem sido um investimento que tem “valido a pena”, com o aumento da oferta. Estão a bater recordes de passageiros. Considera que o presente esforço irá permitir que não seja aumentado o Passe Navegante, numa medida política e socialmente muito relevante, pois manter os valores praticados – 30€ para o Município; 20€ para determinados escalões; 40€ para a Área Metropolitana de Lisboa permitindo viajar em qualquer meio de transporte – não é igualado em mais nenhum local da Europa. O esforço que todos os municípios estão a fazer na AML para que este valor não aumente bem como o esforço que o Governo também fez, continua a ser uma medida que, embora com impactes financeiros, do ponto de vista económico para as famílias e do ponto de vista ambiental, é de uma revolução enorme.
 - Comércio e Turismo com um valor de 499.910€.
 - Outras Funções Económicas com 431.655€.]

OBJETIVO	2024		
	Total (€)	Definido (€)	Não Definido (€)
Funções Gerais	7 588 002	5 664 788	1 923 214
Serviços Gerais da Administração Pública	5 363 473	3 509 859	1 853 614
Segurança e Ordem Públicas	2 224 529	2 154 929	69 600
Funções Sociais	46 201 156	33 488 364	12 712 792
Educação	9 820 202	7 085 822	2 734 380
Saúde	1 026 637	929 637	97 000
Segurança e Ação Social	939 173	820 873	118 300
Habituação e Urbanismo	8 308 996	7 011 196	1 297 800
Ordenamento do Território	86 495	61 495	25 000
Saneamento	7 041 741	4 173 741	2 868 000
Abastecimento de Água	2 789 855	1 987 855	802 000
Resíduos Sólidos	7 693 989	5 271 927	2 422 062
Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	2 337 000	1 990 500	346 500
Cultura	3 562 099	2 466 849	1 095 250
Desporto, Recreio e Lazer	2 594 969	1 688 469	906 500
Funções Económicas	8 723 737	4 832 637	3 891 100
Indústria e Energia	1 666 750	1 503 750	163 000
Transportes e Comunicações	6 125 422	2 745 922	3 379 500
Comércio e Turismo	499 910	155 310	344 600
Outras Funções Económicas	431 655	427 655	4 000
Outras Funções	2 208 977	1 798 977	410 000
Total	64 721 872	45 784 766	18 937 106

3. Atualização da Tabela de Taxas

A Lei 53-E/2006, no seu n.º 1 do Artigo 9.º, refere que os orçamentos anuais das autarquias podem atualizar os valores das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos de acordo com a taxa de inflação, princípio transposto para o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Palmela (cf. Artigo 5.º do RTTM). Nesse sentido e face ao crescimento de preços verificado e seu impacto na estrutura de custos do município, considera-se imprescindível atualizar as taxas municipais, de acordo com a variação do índice preços no consumidor (IPC) dos últimos 12 meses em outubro, fixado pelo INE, em 5,68 %. Deverão ser excecionadas desta atualização as taxas fixadas por disposição legal específica e ainda a Taxa de Ocupação do Subsolo, prevista no n.º 5.1 do Capítulo VII do RTTM, visando-se nesta opção municipal, contribuir para a atenuação do impacto do aumento do gás nos consumidores finais.

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028, bem como a atualização dos valores da Tabela de Taxas em 5,68%, ao abrigo do n.º1 do artigo 9.º da Lei 53-E/2006, na sua atual redação, com exceção dos valores que nela constem que sejam fixados por disposição legal específica e da taxa prevista no n.º 5.1 do Capítulo VII do RTTM.»

Em complemento à apresentação da presente proposta, o **Sr. Presidente** passa a esclarecer alguns pontos que considera mais relevantes.

O que expôs, afirma tratar-se da componente financeira, deste modo partilha também que estão a encetar, desde março, as comemorações dos 50 anos do 25 de abril. Consideram o mote “Abril para Já!” muito importante, cuja temática irá ocupar um lugar central no concelho ao longo do ano de 2024, em todos os eixos de intervenção municipal. Vão ter muita intervenção cidadã, muito trabalho nas áreas da educação, cultura, juventude e restantes áreas. Depois das competências transferidas da educação e da ação social, arrancam com a saúde. A transferência financeira afigura-se insuficiente. Vão gerir edifícios e viaturas, mas não terão competência para a gestão dos médicos. Assim, salienta que pouco lhes serve as transferências de competências se mesmo podendo alargar o horário de funcionamento das extensões de saúde se depois não terão pessoal médico para trabalhar. Considera que são necessárias outras medidas que não estão no âmbito das autarquias, mas comprometem-se a criar melhores condições nas instalações, pois isso contribui muito para a permanência destes profissionais nestes locais de trabalho.

Têm um compromisso de candidaturas firmado com a tutela. Em particular da saúde, destaca a Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo, cujo compromisso está firmado, com projeto pronto que será lançado no próximo ano e assim que tiverem o financiamento aprovado.

O Quartel da GNR do Poceirão já foi aprovado. Também na área da segurança, o investimento nos Bombeiros já referiu anteriormente.

Num contexto sociopolítico nacional e internacional delicado, existe um conjunto de políticas que estão em vários setores do orçamento que dão nota da preocupação existente com as famílias, continuando a alargar a intervenção na área social, com pacotes e medidas de apoio que vão muito além das rubricas inscritas na ação social. Reforça que grande parte destas políticas estão nos tarifários de água, na alimentação escolar, nos apoios socioeducativos, na oferta de livros de atividades. Tudo são benefícios sociais e económicos para as famílias e para uma escola inclusiva. Por opção, estão a ir mais longe no domínio do apoio social escolar do que aquilo que a lei determina. Estes princípios foram contratualizados e têm tido aprovação unanime nestas medidas.

Estão muito apostados no Orçamento, no reforço da coesão social e territorial das freguesias rurais de Poceirão e Marateca. São mais de meia centenas de ações materiais e imateriais vertidas na Operação Integrada Local, que foi construída com a comunidade e executada através de um acordo de parceria local com várias entidades e apoiada pelo PRR – Comunidades Desfavorecidas. O objetivo é que no final deste ciclo de investimento, estas comunidades tenham indicadores de desenvolvimento muito acima dos atuais. O Município ficou encarregue da gestão de todas estas operações. Vão fazer em vários equipamentos,

projetos e obras e poucas serão as entidades que vão conseguir gerir o processo todo. Existem muitas ações e materiais na área do apoio social.

Na área da Saúde já contratualizadas foram ações. Faltam ferramentas, instrumentos, formação, meios logísticos para as instituições sociais que estão nestes territórios para poderem ter uma melhor capacidade de resposta.

Refere novamente o que foram as opções, já aprovadas em Assembleia Municipal, da redução da taxa do IMI, da contribuição do IMI Familiar, reduções específicas para a reabilitação, seja no Centro Histórico ou em Áreas de Reabilitação Urbana, arrendamento jovem, instalação de comércio e serviços de proximidade, isenção de derrama para as micro, pequenas e médias empresas.

Tal como foi referido, o direito à habitação, neste ciclo de trabalho, tem um investimento muito grande. A atribuição de casas vai continuar no início do próximo ano.

Nas questões da sustentabilidade e da adaptação às alterações climáticas, estão omnipresentes na decisão e na gestão municipal em vários patamares. Estão comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Agenda 20/30 das Nações Unidas.

A grande obra de peso com uma grande repercussão ambiental é a 2.ª fase da regularização da Ribeira da Salgueirinha.

O Pinhal Novo Verde está em conclusão. O Parque Verde Urbano ecológico irá candidatar aos avisos da Agenda 20/30 que sairão para março de 2024.

A aposta na recolha seletiva, a recolha de bio resíduos, fizeram com que Palmela passasse a estar no ranking dos municípios com maior percentagem de recolha. A recolha em contentores comunitários e a compostagem comunitária em várias freguesias, preveem atingir valores consideráveis.

O trabalho de proteção dos cursos de água, na eficiência energética e energia, na mobilidade suave, no abastecimento de água e remodelações, no saneamento e ordenamento do território, proteção civil e luta contra incêndios, está integrado com o que consideram ser sustentabilidade e adaptação às alterações climáticas.

Internamente, têm procurado melhorar as instalações. São uma organização grande, polinucleada, com instalações descentralizadas um pouco por todas as freguesias. Nem sempre estão bem acomodados, e por isso mesmo existe a necessidade de muitos investimentos em instalações a fazer. Estão a trabalhar num Plano Diretor para instalações. Existem medidas imediatas que têm sido tomadas, mas outras precisam de ser planeadas pois não se conseguem fazer de "um dia para o outro". Estão a trabalhar fortemente na renovação e eletrificação do parque de máquinas e veículos mais sustentável. No parque informático terão vários investimentos. Na cibersegurança e na aquisição de soluções aplicacionais que agilizem procedimentos e ajudem no processo de desmaterialização, disponibilizando mais formalidades

online entre outras medidas. Na área da formação de pessoal, no apoio social, saúde, saúde mental, formação para os funcionários de acordo com os desafios que vão encontrando nas várias frentes de trabalho.

Na Educação com a qualificação do parque escolar, refere o que está em curso. Por um lado a revisão da Carta Educativa, que terá adjudicação no próximo ano. A obra em curso do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela. Tem realizado um conjunto de projetos, uns internamente, outros adjudicados ao exterior para beneficiações de grandes centros escolares, tais como os logradouros da Escola Joaquim José de Carvalho, Escola Básica de Palmela 2, Escola Básica da Lagoa da Palha (com projeto), da Escola Salgueiro Maia (com projeto para o logradouro do pré-escolar, outros espaços escolares e climatização), na Escola Alberto Valente, em Pinhal Novo, com os toldos de ensombramento, vão tratar o logradouro com soluções resilientes e sustentáveis, na Escola Básica de Aires com as questões da climatização e pavimentos, numa obra que já foi ampliada e que apresenta alguns problemas nos sistemas AVAC e climatizações, onde farão um forte investimento, na requalificação de espaços de cozinha e refeitório na Escola de Batudes, na Escola Básica n.º 2 de Palmela e na Escola Básica n.º 2 de Olhos de Água (que está a decorrer). Na Escola Básica José Saramago em Poceirão, que através da OIL (Operação Integrada Local), conseguiram financiamento para a requalificação de espaços exteriores, o polidesportivo coberto e equipamento de ponta na área da informática e científica. Estão em vias de adjudicação de projeto para uma nova Escola Básica n.º 2 em Palmela. A segunda fase da ampliação da Escola Básica de Cabanas, com alguns entraves para a negociação da aquisição de terreno. A aquisição de terreno para uma nova escola nascente de Pinhal Novo, na zona da Palhota.

Estão fortemente empenhados. O diagnóstico já foi feito.

Foram recebidos recentemente dois projetos do Ministério da Educação para a Escola Hermenegildo Capelo e para a Escola José Maria dos Santos para se poderem candidatar ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), pois passaram a fazer parte do mapa de escolas a reabilitar e passaram também para a competência da autarquia.

Nos apoios socioeducativos, com o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo subiu para 70 atribuições, a oferta dos Cadernos de Atividades ao 2.º ciclo, o pagamento dos Passes a 100% para o ensino secundário (até à anunciada medida dos Passes gratuitos até aos 23).

Um conjunto de projetos de referência como o Fantasiarte, o Aprender a Nadar, Jogos Desportivos Escolares, o Ciclismo vai à Escola, projetos socioeducativos muito participados e requisitados pelos agrupamentos escolares, pelas IPSS do concelho.

Na área da Saúde, Unidade Móvel de Saúde, o projeto Saúde Palmela em parceria com a Unidade de Saúde Familiar de Santiago de Palmela.

A Unidade Móvel de Saúde continua a colaborar em várias ações como a vacinação, rastreios, consultas de saúde ocupacional, literacia em saúde, apoio ao cuidador informal, tudo isto permite um trabalho descentralizado em todas as freguesias. A novidade: as transferências, com a gestão dos equipamentos e a responsabilidade de se avançar com a construção da Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo.

Na Ação Social iniciou-se o exercício da competência em abril de 2023. Na sua perspetiva está a correr bem, bem descentralizada e bem monitorizada, contratualizada com IPSS do concelho. Têm um conjunto de ações em curso, como o Cabaz Solidário Saudável à base de carne de aves, complementando o bens do Banco Alimentar. É o município que mais apoio dá ao Banco Alimentar contra a Fome, em subsídios e pagamentos relacionados com instalações, entre outros.

Estão a apoiar o funcionamento das várias Lojas Sociais do concelho onde todas estão praticamente em edifícios municipais. Têm uma boa articulação da rede social que tem dado provas de grande coesão e resiliência, que tem permitido, também uma resposta rápida para as necessidades mais prementes de quem está em maior situação de vulnerabilidade. Nesta área, destacam sempre o trabalho que é feito no âmbito da estratégia municipal para o envelhecimento ativo e relação entre gerações, com um conjunto de programas que já são do conhecimento geral, tais como: Palmela Maior; Cuidar+; Serviço de Teleassistência; 50+. Atividades que estão disseminadas por todo o concelho.

As recentes parcerias de apoio à vítima ou com o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes são exemplos de uma rede muito extensa que é suportada essencialmente por apoios e protocolos com o Município.

Na Habitação, para 2024 prevê-se a construção de 67 fogos de raiz, com muitos processos, candidaturas e concursos, da qual estão a dar prioridade pois têm que aproveitar a oportunidade do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Não podem devolver dinheiro, mas também não vai chegar para o que se está a gastar. Os valores de referência de metro/quadrado não são os reais e por isso o município já está a gastar mais do que vai receber. Estão satisfeitos com o trabalho, sabem que é útil e uma grande revolução na oferta de habitação a custos controlados e no âmbito do “1.º direito” no concelho.

No Centro Histórico vão fazer a avaliação da execução da Operação de Reabilitação Urbana. Concluiu-se o estudo de Plano de Revitalização Económica do Centro Histórico, bem como o Plano de Circulação, Sinalização e Estacionamento. A requalificação do Largo do Chafariz D. Maria I que, depois de superados alguns obstáculos com as Infraestruturas de Portugal, estarão, no próximo ano em condições de lançar o concurso.

Estão em fase de Estudo Prévio para o projeto para a Alameda 25 de Abril que é uma entrada de Palmela que merece uma grande requalificação, incluindo o terminal rodoviário.

Vão lançar procedimento para a recuperação do Edifício Pal, que assume a designação de “Palmela Conquista”, quando tiverem o empréstimo aprovado (faz parte da lista do empréstimo).

Vão continuar a investir na recuperação de edifícios históricos municipais. A obra dos Paços do Concelho está em fase de conclusão, faltando uma 2.ª fase de obras no interior (com redes de telecomunicações e conforto térmico, entre outros). O edifício do antigo posto da GNR vai ter de continuar. Partilha que em outubro a empresa contratada abandonou a obra e está em processo de falência. Vão ter que relançar um procedimento para a sua conclusão. Este edifício irá albergar o futuro Centro de Investigação do Património Arqueológico (que está espalhado pelo concelho).

Na área do Ordenamento do Território, o processo que salienta é o da Revisão do Plano Diretor Municipal, que não tem expressão financeira. Foi feito um ponto de situação com os líderes de bancada na reunião da Assembleia Municipal. Levará a conhecimento de toda a Vereação os documentos que foram apresentados. Têm previsto estudos importantes, tais como: a delimitação de zonas ameaçadas por cheias, não obstante das obras de regularização das linhas de água, os estudos existentes são antigos e devem ser atualizados para não constituírem condicionamentos para quem tem ainda condições para construir nessas zonas. Outra aposta é no Plano Municipal da Redução do Ruído. Têm recebido várias versões, pois estão sempre a surgir novas pretensões e investimentos que alteram a projeção de localizações no PDM e por isso o Mapa de Ruído tem que ser sempre aprovado. Terão de fazer um documento mais global para a sua monitorização.

À semelhança do Centro Histórico, mantém-se a monitorização do grau de execução de reabilitação urbana do Pinhal Novo.

Realça que sentiram outra vez uma nova dinâmica por parte das Comissões de Administração das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, o que considera ser um bom sinal pois dentro de dois anos acaba a vigência do prolongamento da Lei das AUGIS e as Comissões de Administração ao apresentam os projetos e fazerem as obras, das quais a autarquia tem dado todas as facilidades para tal, será tudo muito mais difícil.

No âmbito dos objetivos prosseguidos nos últimos anos e numa opção estratégica pois tem um território muito disperso que criou núcleos dispersos, sub-infraestruturados, ao darem condições para a pessoas edificarem, estão a ir ao encontro desses núcleos, infraestruturando, requalificando os espaços, e por isso continuarão a investir fortemente tal como já foi mencionado, na área do saneamento ou dos transportes de rede viária.

Cita algumas empreitadas de infraestruturação:

- na Lagoinha com nove fases e que já vai na 5;
- Olhos de Água, Quinta do Anjo, na Rua Manuel Lima Simões;

- Quinta do Canastra, Sobral, Terrim, Rua Zeca Afonso, Rua José da Cruz Coelho (na segunda fase). Todas estas intervenções ascendem aos 2 milhões de euros.
- a intervenção na Rua de Deus (centro da vila de Pinhal Novo) que está adjudicada e que terá expressão orçamental no próximo ano.

Outros importantes investimentos na rede de esgotos tais como:

- em Cajados, também em conclusão da segunda fase;
- Abreu Grande, na Carregueira num investimento que ascende a 400 mil euros e que vão lançar a primeira fase depois do empréstimo em fevereiro;
- Miraventos, a segunda fase.
- Estrada Nacional 252 junto a Portal Branco – Quinta das Asseadas, com projetos priorizados no âmbito do “Eu Participo” (complexo do ponto de vista técnico das ligações dado à inexistência do emissário da Simarsul com bombagens para Aires, cujos projetos estão prontos à espera de decisão do investimento).

Na área do Abastecimento da Água, têm uma das maiores redes da Área Metropolitana de Lisboa. Estão a remodelá-la. Sublinha que nem sempre o investimento está só no capítulo das águas, pois quando se faz um conjunto de intervenções (que têm sido muitas) na rede viária, em repavimentações ou novas pavimentações aproveitam para remodelar a rede de águas. Os quilómetros que têm sido feitos durante o presente ano e os que estão previstos serem feitos no próximo ano de remodelação será percebido quando se fizer a Matriz da Água onde anualmente esses dados são mais visíveis e expressivos.

Estão a trabalhar novamente no reforço do abastecimento de água em Pinhal Novo, com a ligação de três furos ao depósito elevado de Fonte da Vaca, uma empreitada que está em conclusão (embora com alguns atrasos no fornecimento de alguns equipamentos tecnológicos de ponta). Será feito depois, um novo atravessamento sob a linha férrea, numa obra complexa, com um licenciamento complexo.

Continuam com os trabalhos nas remodelações de condutas e de nós. Uma intervenção mais ao nível das acessibilidades (incluído no empréstimo), no Bairro Santos Jorge em Pinhal Novo, cujo maior custo insere-se na remodelação da rede de águas e saneamento.

Cita algumas zonas onde existirão intervenções, tais como:

- Cabanas; Quinta do Anjo – Rua Miguel Cândido e Rua Miguel Torga ;
- na Rua do Faia, em Penalva (onde vão fazer uma ligação ao Barreiro);
- Rua do Salmoura, na Vila Amélia, em Foz do Trapo, nas Faias (que terá expressão orçamental), ampliação da rede e novos furos; financiados no âmbito da Operação Integrada Local para dar maior resiliência a Forninho, Assesseira e Fernando Pó, onde

farão três novas captações (a fazer no presente mandato e cujos processos se irão iniciar no próximo ano).

Quanto aos Resíduos Sólidos e Limpeza existem bons resultados nos biorresíduos e esperam melhorar também os resultados na reciclagem, fruto dos vários investimentos que estão em curso.

Na recolha mecânica com investimento em contratação em *outsourcing* pois não conseguem garantir todo o trabalho internamente. O concelho é muito penalizado com o despejos de outros concelhos sobretudo nas zonas periurbanas. Estão a trabalhar no reforço com ações de sensibilização e fiscalização num trabalho conjunto entre o Gabinete do Ambiente e da Fiscalização e em articulação com trabalhos com a GNR.

Na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza com:

- a segunda fase da Regularização da Ribeira da Salgueirinha;
- Pinhal Novo Verde, implementação em Vale Flores;
- Mercado mensal;
- novas ilhas verdes para combate aos picos de calor;
- implementação das novas medidas do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas;
- revisão de um conjunto de plantações optando por espécies autóctones;
- continuação do programa de reflorestação na Serra como também
- da ampliação e arranque de mais Hortas Comunitárias e
- redinamização do projeto Eco-empresas.

Na área do Ambiente, das Acessibilidades, no âmbito da OIL, nos espaços públicos, em Águas de Moura em Poceirão, Fernando Pó, irão investir cerca de um milhão de euros nestas localidades tudo inserido nas questões de natureza ambiental.

Na Cultura terão muitos investimentos na área do património, na Torre de Menagem; Igreja de Santa Maria; no Centro de Investigação do Património Cultural. Na OIL vão começar a estudar a recuperação e regularização da ruína da Igreja de São Pedro da Marateca.

Nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, partilha que são muitas as atividades que irão decorrer com as escolas, instituições e parcerias, com um programa muito rico, onde haverá despesa mas sobretudo muito trabalho. Destaca um projeto de investigação de história contemporânea, em colaboração com a Universidade Aberta e o Instituto de História Contemporânea, numa adjudicação prevista, para se conhecer o território nos processos pós e pré revolucionário.

Existe um conjunto de iniciativas de prestígio e conhecidas de todos, com festivais culturais, que acrescentam valor à programação e atratividade e visitação do concelho – MicroSons; Fiar; Festival Méee; Manobras; Programação Sementes; Queima do Judas; Janeiras; Noites de Serenatas para além das grandes festas de cada uma das freguesias com um forte apoio municipal.

Na área da Juventude estão a trabalhar no projeto de ampliação do Skate Park do Monte do Francisquinho; espaço exterior do CRJ da Quinta do Anjo, um compromisso que para além da melhoria do espaço, será feito um Skate Park e outras valências.

Um conjunto de dinâmicas que são conhecidas: Concurso de Bandas Amadoras, festivais artísticos, poesia e artes plásticas, desporto, tecnologia – na área da ocupação dos tempos livres e dos jovens -, para além de processos participativos que vão implementar no próximo ano, com a juventude, seja no âmbito das Comemorações dos 50 anos do 25 de abril, como também com processos de trabalho propostos pela Assembleia Municipal.

A Juventude insere-se também noutras áreas como a habitação, cultura, desporto, participação e cidadania e no empreendedorismo.

No âmbito dos equipamentos desportivos têm o arranque da construção dos campos de padel; na Piscina Municipal de Pinhal Novo; da pista simplificada de atletismo em Pinhal Novo para além do apoio para a construção de uma pista simplificada no Palmelense Futebol Clube.

Ainda no presente ano irão concluir um investimento de 300 mil euros em requalificação de Espaços de Jogo e Recreio e no próximo ano será mais focado nos polidesportivos. Equipamentos públicos que querem nas melhores condições, que cumpram todas as normas técnicas e que estejam, sobretudo, nas melhores condições de utilização em segurança.

Outras requalificações para serem iniciadas na sede do Forninho Futebol Clube, no Clube Desportivo e Recreativo de Águas de Moura, no Espaço Multiusos de Águas de Moura (via OIL), reabilitação da sede histórica do Pinhalnovense (adquirida pelo município e com projeto já lançado).

Um conjunto de programa municipais a acrescentar ao judo, à ginástica, ao atletismo, ao ciclismo, basquetebol, será o desporto adaptado. Outros programas de atividade física, saúde e bem-estar intergeracionais para todas as áreas.

Conjunto de provas desportivas que são provas de cartaz de atratividade do concelho, tais como: Clássica da Arrábida ou provas desportivas ligadas à corrida ou ao *trail*. Todas incluídas no turismo desportivo que proporciona muita visitação e dinâmica nos agentes económicos locais. Tudo se cruza com a economia, com o turismo e com o desenvolvimento local.

Na Indústria e Energia, estão a aprofundar o sistema de gestão de luminárias ao abrigo do contrato celebrado, no âmbito da eficiência energética na iluminação pública. Vão concluir a

instalação da infraestrutura de comunicações da chamada rede LoRaWAN, com cobertura em toda a área geográfica do concelho.

Dependendo do financiamento da Agenda 20/30, tem projetos prontos para eficiência energética em vários equipamentos e escolas, que só avançam quando avançarem as candidaturas.

Nos Transportes e Comunicações com muitas obras de acessibilidade e pavimentações:

- uma primeira fase da requalificação da Avenida dos Caminhos de Ferro em Cabeço Velhinho, com uma rotunda e tratamento das bermas e diversas repavimentações – Estrada dos Carvalhos; Rua Rei D. Dinis, Quinta do Anjo;
- mais um troço da Estrada Nacional 533 (na saída de Palmela para o Lau);
- prolongamento da Rua 1.º de Maio na Lagoa da Palha;
- pavimentação do troço nascente da Rua Montinhoso em Pinhal Novo;
- Rua Isidoro Vitorino, na Lagoinha;
- Rua 1.º de janeiro em Pinhal Novo
- e muitas outras que estão no plano.

Nesta área têm um forte investimento. Já mencionou a questão dos Passes, dos transportes. Outro investimento com forte expressão orçamental diz respeito a um investimento em Águas de Moura, Poceirão, integrado, que se insere na mobilidade, na acessibilidade e ambiente e por isso está citado nos três capítulos.

Na área do Comércio e do Turismo, os Mercados Municipais e os Mercados de Produtores, terão um conjunto de dinâmicas, apostando no apoio a micro e pequenas empresas. Na sustentabilidade, nos circuitos de distribuição onde têm feito trabalhos de dinamização com excelentes resultados.

No Turismo, têm aposta no turismo cultural, religioso, natureza e gastronomia. Vão desenvolver, através de adjudicação o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Palmela. Existem uma série de ações de posicionamento turístico, onde estão a trabalhar em torno da marca “Palmela Conquista” em parceria com a Coimbra Business School.

Um conjunto de eventos conhecidos por todos e que são de referência.

O Concurso Nacional de Escansões que será realizado pela primeira vez em Palmela. O Concurso da Casta Castelão, que é a casta que dá origem à Denominação de Origem de Palmela. O programa Experiências com Sabor terá também várias iniciativas.

Feiras e eventos tais como: Palmela Bio ou o *FoodLink*, centrados nos produtos de excelência do concelho – maçã riscadinha, fogaça de Palmela, queijo de Azeitão, Moscatel, vinhos entre outros.

No Emprego e Empreendedorismo haverá trabalho de formação e de *networking* na rede de empregabilidade. Adesão ao Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem. A Incubadora de Empresas com a abertura de novos locais de incubação, no âmbito de, por exemplo, requalificação do Parque Mário Bento, em Poceirão, com a abertura de novas linhas de trabalho, não só para o apoio à Associação de Agricultores e outras dinâmicas de jovens agricultores e do biológico, com um novo espaço para a incubação de novos negócios em torno dos produtos tradicionais.

No âmbito da cooperação, o plano estratégico foi apresentado para 4 anos de cooperação para o desenvolvimento, com vários países, cidades e regiões com quem têm protocolos de geminação e cooperação. Espanha e Cabo Verde continuam a ter relações e vários projetos em comum. Apostam sobretudo em projetos na área da formação, da educação e na eficiência energética.

Sobre a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028, numerada DAFRH 01_24-23, intervêm:

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** agradece a explicação longa e exaustiva e parabeniza os técnicos da autarquia que elaboraram o extenso e importante documento previsional. Volta a referir o que ano após ano referem: o documento é muito extenso e isso nem sempre é sinónimo de ser um documento esclarecedor. Também registam que ano após ano, a autarquia opta por ignorar a crítica e mantém a estrutura do documento inalterada. Parece-lhes que um documento que visa projetar verbas para 2024 e seguintes, incluir análises que fazem referências a 2007, 2010 e 2017, não ajuda e pode até criar alguma confusão na leitura do mesmo, para além da análise que considera cansativa pelo número de página que tem. As análises que fazem e que, por exemplo se referem a 2007, onde já se viveu tanto crescimento e retração económica, dificilmente se consegue fazer um paralelismo com a realidade.

Refere também que o importante, para a sua discussão era já se ter discutido e aprovado um Plano de Desenvolvimento para o concelho. Um plano estratégico em áreas estruturais, como por exemplo o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento ambiental assente em acordos entre as forças partidárias para períodos de 2 ou 3 mandatos e que o **Sr. Presidente** e a maioria relativa “teimam” em não querer concretizar o projeto de planeamento e negociação, que tantas vezes foi referido pelo Partido Socialista.

Retomando ao documento, estão a sair de três anos profundamente marcados por um abrandamento de recuperação económica devido a uma pandemia e aos conflitos que se vivem, que direta ou indiretamente têm provocado uma grande pressão nos mercados, o aumento da inflação, aumento dos juros e consequente contração de empréstimos ao consumo e investimento.

Apesar do cenário que expos, refere que graças à ação do Governo, foi possível melhorar significativamente as políticas sociais. Hoje, têm mais cinco milhões de trabalhadores, atingindo um máximo histórico. As contas públicas estão certas. Têm pela segunda vez um superavit orçamental, facto que nunca tinha acontecido em democracia. Reduziram a dívida e a percentagem da dívida em função do PIB, sendo possível ir ao encontro da maioria das reivindicações das autarquias para a concretização de grande parte da descentralização, embora saibam e refere que têm acompanhado, sempre a autarquia, pois é necessário continuar a melhorar as respostas do Governo Central.

Para finalizar, uma das medidas mais importantes que tiveram, foi possível através da concertação social, aumentaram o vencimento mínimo de 502€ em 2015, para 820€ em 2024.

Considera esta contextualização importante para analisarem o documento apresentado, pois é graças à conjuntura que se prevê um ano de 2024 com um ligeiro crescimento do PIB e uma redução da inflação. Estes dois indicadores, são só por si positivos numa análise mais macro e por isso consideram que serão impulsionadores para o Município manter as receitas que apresenta.

Na realidade a perspetiva de receitas do Município é bastante positiva mantendo-se numa tendência crescente e equilibrada, muito por força do IMT, do IMI, das transferências do Estado, participação IRS e IVA.

Tal como foi mencionado pelo **Sr. Presidente**, o orçamento para 2024 apresenta um valor global 77.5 milhões de euros e representa um crescimento de 6,9% relativamente ao orçamento inicial de 2023. É inegável o equilíbrio financeiro apresentado pela autarquia, é inegável igualmente é que existindo verbas para investir, poder-se-ia ter investido mais e procurado responder às necessidades mais prementes da população pois nem todas as obras tem de aguardar apoios comunitários, quando a autarquia tem capacidade financeira para os fazer.

Quanto às verbas alocadas às Grandes Opções do Plano, continuam a verificar a mesma estratégia de atuação. Basicamente existem os mesmos projetos, as mesmas obras, acrescentando apenas as obrigações induzidas no presente ano e seguintes pela descentralização de competências.

Não vislumbram um plano estratégico a longo prazo, que conjugue as respostas às necessidades atuais do território com as necessidades das gerações futuras que passam necessariamente por um desenvolvimento sustentável do concelho.

Nas Funções Gerais, repetem-se as obras de beneficiação dos Paços do Concelho e a reabilitação do edifício da Coopinhal que já estavam no documento no ano anterior. Questiona por isso, relativamente ao edifício da Coopinhal se será para ser concretizada em 2024.

No capítulo da Informação e Comunicação afirmam ser necessário fazer mais e melhor. A conjugação dos suportes digitais e tradicionais, devem ser aprofundadas, e parece-lhes que esse será o ponto fulcral e não a aplicação de *outdoors* municipais através e com a Associação Municipal de Municípios, tal como refere o documento.

Consideram que faz mais sentido o investimento em *outdoors* digitais que possibilitem a informação múltipla, sem os custos inerentes aos *outdoors* tradicionais, com impressão de tela e cuja informação será sempre limitada e muito concisa a um determinado momento ou evento. Observa a necessidade de se pensar numa solução mais sustentável que simultaneamente melhore a informação municipal no espaço público.

Relativamente à Qualidade e Modernização Administrativa o documento refere o sistema de gestão da qualidade. Desde 2022 aparece neste documento e continua a aparecer em 2024. Questiona se já foi feita, o que foi e para quando têm uma certificação ao nível do sistema de gestão da qualidade e em que área terão essa certificação.

Nos Recursos Humanos existe uma evidente dificuldade em contratar recursos humanos habilitados para determinadas áreas funcionais, dentro da autarquia, colocando alguns serviços sem resposta adequada. Assim, uma das estratégias que gostariam de ver, no plano, seria tentativas de ultrapassar e encontrar formas de encontrar recursos humanos, como por exemplo aumentar níveis remuneratórios para interessados na Bolsa de Emprego Público.

Relativamente à Participação e Cidadania não vêm qualquer novo projeto, nem qualquer alteração ou adaptação aos já existentes, existindo visíveis sinais de estagnação.

Na área da Segurança destacam o projeto mais relevante: a construção do novo Posto Territorial da GNR em Poceirão a desenvolver em 2024/2025, numa obra da responsabilidade do Ministério da Administração Interna.

Quanto às Funções Sociais e ao nível da Educação registaram a indicação de ser uma aposta da autarquia para o próximo ano a continua requalificação dos apoios educativos e sociais. Aguardam, assim com expectativa as propostas que serão apresentadas. Gostariam de, mais uma vez, ter visto incluída verba para a atribuição dos pequenos-almoços aos alunos do pré-escolar e 1.º ciclo, algo que têm vindo a reivindicar desde o último mandato e que até à data ainda não se concretizou. Perguntam, igualmente para quando a atualização ou uma Nova Carta Educativa. A atual há muito que está ultrapassada e é urgente planear o presente e o futuro.

Relativamente à Saúde Ocupacional e à Ação Social, ficaram satisfeitos que esteja a ser elaborado um diagnóstico sobre a saúde mental em contexto pós-pandemia, que desconheciam. Assim, oportunamente irão solicita-lo para o poderem analisar.

Ao nível da Saúde e porque 2024 será o ano da assunção das competências efetivas nesta área, estão expectantes ao nível do delineamento de tarefas, pois sabem que exigirá uma

coordenação muito grande dos serviços e que esperam ter sido precedida de uma organização interna entre todos estes serviços desta área. No documento apenas conseguiram perceber que o Município irá continuar a reivindicar junto do Poder Central o aumento de pessoal, o que consideram muito redutor para uma pasta tão grande.

Na Segurança e Ação Social, o executivo inicia o capítulo sem reportar o que pensa fazer para melhor servir a população em termos de acompanhamento social ou de novas estruturas sociais, mas sim e cita "reivindicar junto à Administração Central o aumento e a diversificação de respostas e equipamentos sociais". Frisa que este tipo de frase e num documento previsional é no mínimo redutor e obriga a questionar: "sabendo que os equipamentos sociais, novos e requalificados são sempre conjugados com as instituições do terceiro setor, através de vários tipos de participações e subsídios, de que maneira é que o município tem trabalhado com as instituições do concelho em parceria, para impulsionar o aumento e a diversificação de resposta no concelho. Que estratégias já se encontram definidas. Existem algumas? Poucas! Nenhuma, talvez."

Segundo o Partido Socialista, segundo a sua convicção e o que sempre defenderam foi que Palmela não tem uma verdadeira rede social. O Concelho Local de Ação Social, deve ser um espaço onde todos os interlocutores devem abordar, partilhar os problemas e encontrar soluções. Questiona que conclusões foram retiradas de todos os CLAS que foram realizadas durante o ano. Das Comissões Sociais de Freguesia não questiona quantas foram feitas, pois sabe que muitas não foram, mas das que foram realizadas, questiona que conclusões se retiraram. Pergunta, igualmente se existe matéria para reivindicar pois isso é que é importante que esteja presente.

Na área da Ação Social e apesar dos diversos constrangimentos que a população enfrenta, não conseguiram ver nada de novo. Os projetos são, ano após ano, os mesmos, mesmo aqueles que tiveram praticamente gasto de zero na última revisão orçamental e que se aprovou há 15 dias, aparecem para 2024 como projetos inovadores e diferenciados, com justificações idênticas ano após ano.

Em relação a esta área coloca mais duas questões:

1. Quando é que terão um Núcleo Local para a Garantia da Infância. Deveria estar concluída este ano.
2. Quando será finalizada a Carta de Compromisso para a questão do envelhecimento ativo. Também deveria estar concluída este ano.

São processos importantes para o concelho, processos da área da ação social. São processos estratégicos e estruturais para o concelho.

Continuando a analisar o documento e analisando o capítulo da Habitação, esperam que 2024 seja um ano impulsionador ao nível da Estratégia Local da Habitação, pois o concelho precisa muito desta habitação, sendo, inclusive bastante mencionada pelo **Sr. Presidente**.

Ao nível do investimento do concelho, é da maior urgência verem aprovado o PDM (Plano Diretor Municipal), revisão que deveria ter sido terminada em 2007, e por isso esperam que 2024 seja o ano da sua aprovação.

No âmbito dos Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana, e apesar da referência à intenção de expansão da recolha de resíduos porta-a-porta, importa referir que a Amarsul continua a não cumprir com os objetivos e obrigações, o que não é positivo para o concelho.

Nos capítulos da Cultura e Turismo, excluindo as atividades inerentes ao aniversário dos 50 anos do 25 de Abril, pouco ou nada existe de inovador.

Em termos da Juventude, consideram necessário maior investimento e inovação na atividade desenvolvida. A pequena participação dos jovens nas atividades é um indicador claro das necessárias mudanças.

Na Formação e Qualificação de Jovens que será dada, com vista à dinamização da economia local, não percebem muito bem do que se trata, por isso pedem esclarecimento.

De resto, não vêm nada de novo, sendo que a questão que colocam é se os jovens do concelho foram questionados sobre o que gostariam de ver no seu concelho, ou a chamada participação jovem, que consideram importante para o futuro.

A nível da Eficiência Energética, pelouro da responsabilidade socialista, após a instalação de quase todo o território com luminárias LED, importa concretizar os 100% de LED em 2024 – faltam cerca de 1000 luminárias. Rentabilizar a rede de dados instalada, não só nas regas dos espaços verdes, como também nos abastecimentos de água, na recolha de resíduos (apenas onde o enchimento dos contentores justificar), no estacionamento disponível e em todas as áreas que definem uma Cidade Inteligente, melhorando a gestão e serviço público. Esperam o desenvolvimento das primeiras comunidades de energia e a concretização de medidas estruturais e não pontuais para redução dos consumos energéticos dos edifícios municipais, através da produção e autoconsumo de eletricidade.

Assumem o desafio da bancada e no trabalho do pelouro, pois falar de ambiente e sustentabilidade sem relevar a eficiência energética não é uma abordagem correta do combate às alterações climáticas e desenvolvimento sustentável.

Conclui que se segue para mais um ano com as mesmas ideias, sem espírito inovador e criativo, “voando ao sabor” dos Fundos Europeus de uma Europa que “não gostam”, mas que “dá jeito”. De um PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) que afirmam não resolver nada, mas que dá ajuda para a concretização de obras e ao cumprimento da Lei das Finanças Locais por parte de um Governo que afirmam estar ao serviço do grande capital.

Por todas as razões expostas e por tudo o que foi referido na intervenção, a bancada do Partido Socialista irá abster-se na votação do documento.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que, quando estava a ouvir a intervenção, a primeira coisa que lhe veio à memória foram os anúncios dos medicamentos que por baixo refere “a audição deste anúncio não invalida a leitura da bula e do prospeto”. Depois de ouvir a intervenção diz a todos os munícipes que a audição do **Sr. Presidente** não invalida que se leia o documento, que é extenso, mas verifica-se que parte da sua intervenção é repetida há muitos anos, as obras repetem-se, vão sendo adiadas e não chegam a concretizar-se.

Cumprimenta os trabalhadores da autarquia que produziram o documento. É um documento complexo, com grande trabalho, mas não deixa de chamar a atenção que é um documento muito importante para ser entregue aos restantes Vereadores com seis dias de antecedência. Ou seja, no dia 30 de novembro, estão a 6 de dezembro e no dia 4 de dezembro ainda chegaram a receber correções. Esta não é a forma mais fácil para se analisar um documento importante e que os deixa com alguma limitação no escrutínio do documento.

Verificam que o orçamento é de 77.524 mil euros. Sobe 6,8% relativamente ao orçamento inicial de 2023, mas desce 16.727 mil euros face ao orçamento final de 2023, o mesmo que na Assembleia Municipal, na sua terceira alteração foi aprovado. O que isto significa é que irá transitar muito investimento e muita obra que não foi feita em 2023. Tal como tem sido sempre mencionado pelo PSD, os Orçamentos vão sempre aumentando e as obras vão transitando. O orçamento aumenta à medida que as obras vão transitando de ano para ano sem que vejam a “luz do dia”.

Existe um crescimento da despesa corrente. A despesa de capital também aumentou.

Em relação às Grande Opções do Plano existe um crescimento de 7,5% face a 2023. Onde vêm as grandes subidas são no Ordenamento do Território, com uma subida de 289% - uma passagem de 15 mil euros para 61 mil euros; um grande crescimento na Segurança e Ordem Pública, com 225% - que se deve essencialmente à obra do Posto Territorial da GNR de Poceirão; outro crescimento que lhe faz alguma confusão são os “Outros” com um grande crescimento de 91% - com 200 mil euros, nas Outras Funções Económicas, que está referido nas Grandes Opções do Plano.

A grande descida é no Comércio e Turismo que passa de 572 mil euros para 155 mil euros. Considera o turismo muito importante para o Município e para o país, com uma descida de 72% e já em 2023 tinha descido 48% face a 2022. Tem havido uma descida contínua.

Nos Resíduos Sólidos tem também uma descida de 13%, em termos de Grandes Opções do Plano.

Na Indústria e Energia também com uma descida de 12% face ao que estava previsto no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano de 2023.

Quanto às Funções Gerais, voltou a surgir a referência à reabilitação do edifício da Coopinhal, que já tinha sido referido no Orçamento de 2023. Em 2023 não tinha verba definida e este ano tem uma verba de 64 mil euros para o projeto. Questiona quando se prevê, sabendo que é para realojar e alocar alguns serviços municipais que estão em edifícios arrendados, o que permite uma poupança à autarquia. Questiona quando se prevê que esta transferência seja feita e simultaneamente que serviços é que irão mudar.

Em relação a serviços e porque são referidas várias vezes investimentos nos equipamentos municipais, sabem que as condições atuais onde está localizado o serviço do urbanismo, que é um edifício arrendado, não são as melhores. O acesso ao serviço dos recursos humanos da autarquia não é das melhores, com dificuldade de acesso a pessoas com mobilidade reduzida. Quais são os investimentos que serão feitos nos equipamentos municipais e no melhor alojamento, quer dos trabalhadores como também dos que acedem aos serviços.

O edifício dos Paços do Concelho é uma obra que já consta desde 2016. De acordo com a verba que está prevista, prevê-se que ainda haja verba para 2025. O que questiona igualmente é quando se prevê a sua conclusão e total utilização por parte dos trabalhadores, dos órgãos municipais e de quem acede ao edifício.

Na questão das Tecnologias de Informação e Comunicação, mais uma vez, observa ser muito vago. Referem o Península Digital. Falta, na sua ótica a Modernização do Sistema de Gestão Documental, que é importante para a modernização da autarquia. O SIDAM está ultrapassado e todos concordam com essa afirmação. Um bom processo de gestão documental é o melhor para acelerar procedimentos, agilizar a Câmara e para tornar os serviços e a resposta aos cidadãos melhores. Não existe uma estratégia de digitalização clara dos serviços. Existe muita propaganda, mas muito pouco resultados tal como se vê nas queixas que vão existindo e que são trazidas pelos vários vereadores às reuniões de Câmara, ou pelos próprios munícipes nas reuniões.

Um software mencionado e que é importante: gestão de frotas. Considera importante em termos de otimização dos percursos e poupanças. Chama a atenção para a importância de se verificar eventuais questões da geolocalização, proteção de dados pessoais e direitos dos trabalhadores, sendo que é uma medida, em termos de gestão, importante para a autarquia. Espera que não fique no “papel” como uma questão meramente programática.

O Sistema de Gestão de Qualidade que já se falava em 2022: foi referido em Orçamento de 2023 e continua a ser em 2024. Salienta que o que consta é quase idêntico a 2023. Questiona se já foi feito algum trabalho ao longo destes anos, uma vez que desde 2022 se refere esta questão. O que se pretende certificar: a gestão da qualidade, outras normas como segurança, ambiente, gestão de ativos. Não é claro o que está referido no documento.

Mais diretamente às questões das Grandes Opções do Plano.

Mais uma vez refere-se a Escola Básica de Palmela, cujos termos são idênticos aos referidos em 2020, 2021, 2022 e 2023. Existe sempre um grande destaque ao projeto que é referido sempre na introdução. No caso de 2024 é descrito nas Funções Sociais. Não tem verba definida, apesar de ser uma grande aposta, com 80 mil euros a definir e 4.700 euros para 2025. Parece-lhe muito pouco para uma obra com tão grande destaque.

Aparece a nova escola da zona nascente de Pinhal Novo, com 45 mil euros, para 2025.

Mais uma vez aparecem a requalificação dos logradouros da Escola Básica Joaquim José de Carvalho, que aparece referido desde 2020. É o quinto ano consecutivo que é uma grande aposta, e em 2025 volta-se a apostar nesta obra como sendo importante. Se se referem a outras obras, depois de se olhar para a Conta de Gerência, verifica-se que a execução é sempre quase nula. Questiona, assim que obras podem ser. Quais são as grandes obras do logradouro. Quando se refere a pequenas obras, o que vem discriminado são: pequenas reparações ou reparações ordinárias no parque escolar da autarquia.

O **Sr. Presidente** interrompe para esclarece que não se trata deste tipo de obras pois estas passaram para as juntas de freguesia, pedindo para não confundir.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que quando se quer destacar uma grande obra, destaca-se e faz-se a referência como "Requalificação dos Logradouros da Escola Básica Joaquim José de Carvalho" e todos os anos faz-se esta obra. Questiona, novamente do que se trata: se em 2020 pintou-se uma parede, em 2021 pintou-se outra, em 2022 outra parede, em 2023 o teto e em 2024 arranjou-se o chão. Se assim for, todos os anos faz-se obra e não lhe parece que seja necessária tanta "propaganda" para tão pouca coisa.

No Plano Diretor Municipal estava previsto para 2023, passou para 2024. Não sabem.

A Infraestruturação de Olhos de Água, que foi prometida em 2021, 2022 e 2023, tudo em orçamentos. Estão em 2024. Não tem fases, pois lembra-se que quando era a Lagoinha, tinha 1.ª fase e a 2.ª fase. Neste caso nunca houve menção a fases.

O **Sr. Presidente** volta a interromper para pedir que se tenha em atenção ao que se diz no Período Antes da Ordem do Dia. A obra foi adjudicada. Tem a 1.ª Fase na Rua dos Couceiros e ligação ao Emissário da Simarsul. As fases seguintes são a Rua 25 de Abril, a Rua dos Pioneiros. Reforça que conhece o concelho, sabe do que fala e o que escreve.

Face à explicação do **Sr. Presidente**, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** sugere, uma vez que existem tantas fases e tantas nuances, quase um faseamento da obra, que deveriam referir bem em Orçamento.

Quanto ao Abastecimento de Água considera que se deve clarificar melhor como está a renovação da rede em zonas urbanas mais densificadas, como por exemplo o Pinhal Novo, onde existem frequentes queixas com a pressão e roturas – sabe que diminuiram. Era importante perceber como se tem feito a avaliação da renovação da rede.

A Ribeira da Salgueirinha, tal como foi mencionado, a 2.ª fase do projeto já está adjudicada e será iniciada em 2024. Uma vez que se dá por entendido como estando a 1.ª fase concluída, percebeu-se que existe uma fase, dentro da primeira que ainda não está concluída por força das Infraestruturas de Portugal. Pede esclarecimento quanto à situação desta fase.

Dois projetos que foram mencionados, um não encontra no orçamento, apesar de ter sido mencionado pelo **Sr. Presidente** na intervenção, que diz respeito à recuperação do edifício da antiga Radio Pal ou “Edifício Palmela Conquista”. Não encontra essa referência.

O Teatro de São Gonçalo também não encontra qualquer referência em sede de Orçamento, lembrando que colocou essa questão há três reuniões passadas e que lhe foi informado que se estava a pensar no projeto.

Na Rede Viária Municipal existe um crescimento de 300 mil euros face a 2023, não recuperando o investimento que foi feito em 2022.

Nas Grandes Opções do Plano menciona a Ciclop 7 – Rede Ciclável da Península de Setúbal e pergunta se o circuito será fechado em 2024 e se se consegue terminar a rede ciclável ou ciclovias.

No ano passado foram mencionadas a Avenida de Palmela no Poceirão e a Avenida da Liberdade em Águas de Moura como alvo de requalificação. Mais uma vez não encontrou onde estão mencionadas nos mapas plurianuais. Estão descritas na parte dedicada às Funções Económicas em Rede Viária, mas não encontra qualquer verba para as mesmas.

A pavimentação da Rua dos Alegrias no Pinhal Novo, tem a mesma verba a definir, tal como tinha em 2023, 275 mil euros.

A pavimentação da Estrada das Carrascas, que vem referida e só se prevê existir verba para 2026/2027, ou seja mais uma que se está em fase de projeto.

A requalificação da Avenida dos Caminhos de Ferro, em Palmela que há pouco foi mencionada, já em 2023 previa-se 500 mil euros. Em 2024 a previsão passa para 210 mil euros e em 2025 290 mil euros. O valor é o mesmo. Como foram mencionados pelo **Sr. Presidente** os riscos da inflação, do aumento dos custos dos materiais, de todas as dificuldades que existem, parece-lhe que seria mais previdente haver uma previsão que acompanhasse estes riscos.

Termina a saudar a prevista requalificação da Rua dos Marinheiros, com uma verba de 215 mil euros que não sabe se será suficiente, mas que ainda assim vê-se uma “luz ao fundo do túnel” relativamente a esta matéria.

Estas, são para já as questões que coloca.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** começa por afirmar que se revê nas questões colocadas tanto pela bancada do PS como pela do PSD no que diz respeito ao tempo. Para se fazer uma análise correta destes documentos, têm que analisar, em alguns casos, os documentos

respeitantes às GOP's anteriores aos anos anteriores. Ao analisar este documento, chegou a ter três documentos abertos e para se fazer uma análise aprofundada, tal como o documento merece, reforça a necessidade de haver mais tempo disponível para tal.

Lê a declaração que se transcreve:

«Quando analisam este documento, não vemos nele espelhado uma visão estratégica para o concelho, uma visão de Palmela que queremos daqui a 20 ou 30 anos.

Será que a Autoeuropa e todas as empresas satélite que fabricam componentes vai continuar indefinitivamente no nosso território? Todos nós gostaríamos que sim.

É obrigação desta Câmara trabalhar na diversificação económica, como preventiva de uma possível deslocalização desta grande empresa, com os consequentes impactos negativos no restante tecido industrial e obviamente no tecido social do concelho e concelhos limítrofes. Mas não descortina neste documento essa visão prospetiva que nos conduza à tal diversificação necessária. Precisamos de continuar a atrair investimento diversificado e de preferência numa base de economia circular. Mas se a resposta dos nossos serviços de urbanismo continuar com a lentidão que é conhecida, não vão ter sucesso. Volta a referir o que já mencionou várias vezes: é importante a informatização dos processos da área do urbanismo que entram na autarquia, mas a solução online da receção dos documentos não é o mais importante para que a lentidão diminua, o problema principal está na análise interna dos processos na Câmara Municipal. Não tem dúvidas.

E se os potenciais investidores, forem visitar as nossas zonas industriais, no quais a Câmara nada tem investido e com base no plano 2024, também nada irá fazer, ainda teremos menos êxitos. Somos um concelho com características agrícolas. A nossa atividade vitivinícola é muito importante. Mas as nossas potencialidades agrícolas nomeadamente no domínio das hortofrutícolas são muito grandes, mas não vislumbro uma única palavra sobre este setor, com exceção da nossa maçã riscadinha, e noutro âmbito à nossa ovelha saloia.

No domínio das alterações climáticas, não vemos um fio condutor, mas apenas um somatório de iniciativas, que também neste setor não estão pensadas num horizonte de 20 a 30 anos. Precisamos de plantar milhares de árvores em todo o território, nomeadamente nas zonas urbanas. O que a Câmara Municipal de Palmela tem feito e o que está perspectivado fazer neste documento, é pouco face às necessidades que há pouco falei. Não é suficiente para minimizar as temperaturas ainda mais altas que se avizinham nas próximas décadas. Continuando no capítulo do Ambiente, verificamos que ainda não é em 2024 que se começa a trabalhar com alternativas aos pavimentos em betuminoso, pois continua-se a colocar alcatrão nos nossos azeiros, mais uma vez contribuindo para o aumento da temperatura média anual. Ainda no capítulo da Rede Viária, este executivo insiste em fazer vias por troços e neste participar estou a falar da 533 e na 533-1. Quando a Estrada Municipal Palmela-Poceirão estiver toda repavimentada, vamos verificar que o primeiro troço a ser executado já precisa de reparações.

Mais uma vez verificamos que há projetos que se repetem como alguns colegas anteriores disseram, ao longo dos anos. Leia-se que se inscrevem repetidamente e vou dar apenas três exemplos:

1. A requalificação da Escola Básica Salgueiro Maia;
2. A requalificação da Escola Básica de Lagoa da Palha;
3. E a requalificação do Logradouro da Escola Alberto Valente, estão nas GOP's de 2022, 2023 e agora em 2024.

Há obras que obviamente, pela sua extensão se justifica estarem em mais do que um plano, não acredito que estas obras tivessem essa complexidade tão grande, que obrigassem a estar em três planos sucessivamente.

No capítulo do Turismo, aponto uma nota "interessante". Nas GOP's 23/27 existe um projeto denominado "Reativar o Plano Estratégico Turismo", na minha terra, o reativar é colocar a funcionar uma coisa que já está feita. Nas GOP's 24/28, nas que estamos hoje a analisar, existe um denominado "Elaborar o Plano Estratégico Turismo", poderá haver alguma razão e se houve que o **Sr. Presidente** explique.

Mas quando falamos de turismo não nos podemos cingir ao nosso Castelo, ou às nossas riquezas vitivinícolas. A boa imagem do concelho é muito importante. E estou a falar de duas questões: as lixeiras existentes um pouco por todo o concelho e a imagem urbana das nossas principais entradas rodoviárias. Sabemos que a problemática das lixeiras é fundamentalmente resultante da falta de civismo dos cidadãos do nosso Concelho e em alguns casos de outros Concelhos vizinhos. Verifico no plano 23 ainda se fala de uma grande campanha a "grande campanha de educação e sensibilização sanitária, ambiental ao longo de três anos" e colocou-se 15 mil euros/ano. No plano para 2024 diz que "continuará a implementar a campanha de educação e sensibilização ambiental". A leitura que eu faço é esta: se se vai, em 2024 continuar a implementar o que se tem feito e o se fez em 2023, em minha opinião foi um conjunto de ações desintegradas, sem qualquer impacto na população. Cada serviço da Câmara nesta área faz o seu folheto em formato papel ou digital, numa confusão de mensagens que obviamente não dão qualquer resultado. Tem que haver promoções na televisão, tem que haver promoções nos grandes órgãos de comunicação para que na realidade isto tenha o impacto que se quer. Reparem que não digo que não se fazem coisas, fazem-se, mas o que se está a fazer não está a dar os resultados e o exemplo é aquilo que nós continuamos a ver ao longo dos anos neste concelho.

Relativamente à imagem urbana das nossas entradas rodoviárias, nomeadamente a requalificação da Avenida Alexandre Herculano, no Pinhal Novo, da Estrada Nacional 379, portanto a Avenida 25 de Abril, entre a Avenida do Palmelense e o Largo Chafariz Dona Maria I, que já se encontrava no plano de 2023, nada foi feito, pelo menos visualmente. Para 24 vai-se

realizar um estudo preliminar no primeiro caso e no segundo caso um projeto de recuperação dos espaços verdes do separador central e no triângulo. Isto na opinião do MCCP não é suficiente, o que nós queremos é um projeto de grande remodelação de fundo. No caso do Pinhal Novo, não é reorganizar, precisam de ser arrançadas (as caldeiras das árvores), é olhar aquela grande avenida com um todo. Numa outra importante entrada que é a Alberto Valente, Volta da Pedra, nada se faz, pois é, tal como tem dito o **Sr. Presidente**, uma estrada nacional a aguardar a desclassificação. E as nossas rotundas que são um “mar de pedra” sem qualquer beleza, a razão, aduzida pelo **Sr. Presidente** é mais uma vez as Infraestruturas de Portugal. Ainda do tempo da Junta Autónoma das Estradas, lembro-me perfeitamente como aquela infraestrutura funcionava. Muito mal.

A questão que coloco é esta: quem anda pelos concelhos, não só do Distrito de Setúbal, mas também pelo país fora, estes obstáculos, que na realidade as Infraestruturas de Portugal, colocam, não as vejo noutros concelhos. [Acredita no que ouve e tem visto quando dá voltas pelo País, em estradas nacionais e continuam a ser estradas nacionais que não são desclassificadas, por isso questiona se terá de ser sempre assim?]

A intervenção municipal na Área Social continua a ser diminuta, na nossa opinião. No plano 2023 a frase “Fundo Social de Emergência” ainda aparecia junto à rubrica “Serviço Atendimento e Acompanhamento Social”, na altura em que esta rubrica ainda era da responsabilidade da Segurança Social. [Relembra que este serviço da Segurança Social que estava descentralizado em algumas das Instituições Particulares de Solidariedade Social, era muito criticado pelas Câmaras Municipais, pois dizia-se que não era suficiente].

No plano 24, o Fundo Social de Emergência, ou a frase desapareceu e tudo o que se vai fazer está englobado no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social que continua a reger-se pelas antigas regras da Segurança Social. Portanto, vamos continuar a fazer aquilo que anteriormente era feito pela Segurança Social. Sabemos os dados assim o dizem, o Banco Alimentar, assim o diz, as várias estruturas nacionais que estudam estas matérias assim o dizem, nestes últimos anos, a situação social das famílias piorou bastante.

Mais outro exemplo que a Câmara Municipal não está a fazer aquilo que podia fazer: o Cabaz Solidário Saudável que eu conheço porque ajudei a distribuir quando estava no Centro Social de Palmela às famílias, é uma excelente iniciativa, mas porque é que vamos continuar a fazê-lo trimestralmente. Porque não o fazemos, pelo menos de dois em dois meses? Aqui o valor orçamentado em 2022 era de 25 mil euros e depois diminuiu para 23 mil euros em 2023 e 2024, quando os problemas económicos das nossas famílias aumentaram? Portanto, por tudo o que atrás referi, o MCCP votará contra esta proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 24/28.»

O **Sr. Presidente** passa a palavra à **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** agradece e refere que procurará esclarecer algumas das questões que foram colocadas.

Relativamente à referência efetuada pela **Sra. Vereadora Mara Rebelo** em relação aos resíduos e ao péssimo serviço da Amarsul, afirmação que subscreve. Sabem que em sede de Assembleia Geral, quer em posições tornadas públicas em entrevistas e outros órgãos de comunicação social, tem sido reiterada a posição da autarquia, que desde que foi privatizada a gestão da Amarsul a mesma tem-se pautado por dois aspetos ou vertentes antagónicas: por um lado o aumento da tarifa de forma exponencial. Se o aumento da tarifa fosse acompanhado de um aumento da qualidade do serviço, poderiam compreender, mas este aumento não corresponde à prestação de serviço e da qualidade de serviço que tem sido medíocre ao longo do tempo. Com uma maioria de capital privado e com os Municípios em minoria, com 49% é fácil a qualquer munícipe compreender que por muito que reivindiquem, as posições não são ouvidas. Está nas mãos do Governo, atual ou futuro ou dos governantes reverter esta situação e não na mão das autarquias. Segundo: regressar a gestão da Amarsul à esfera pública, que sempre deu lucro, ao contrário da presente gestão, que na mira do lucro tem arrecado receitas que ao longo de décadas foram gerando para fazer face ao investimento feito na compra da EGF (Empresa Geral do Fomento) ao Estado Central. Está na mão dos governantes fazer o que os municípios têm pedido: dar a maioria do capital aos municípios, fazer o resgate da concessão (não tem existido coragem para o fazer) que não serve o interesse público ou reverter a gestão da Amarsul à esfera pública.

O **Sr. Presidente** intervém para induzir um aspeto respeitante a este assunto. A Sra. Vereadora, em representação da Câmara, foi dos poucos vereadores e municípios que, para além da participação nas várias Assembleias Gerais, defendeu e contestou esta ineficiência de serviço, tal como a fundamentação para o aumento das tarifas o fez por escrito de uma forma fundamenta. Partilha que receberam no dia de hoje, resposta. A boa notícia que divulga é que no próximo ano irão pagar 77,04 €/tonelada (há quatro anos atrás pagavam 24€).

Retomando o uso da palavra, a **Sra. Vereadora Fernanda Pesinho** informa que tinha essa noção e na proposta que trouxeram há 15 dias a Reunião de Câmara apontavam para esse valor, mas que o mesmo ainda não estava fechado e poderia ser 89€/tonelada. Ficou nos 77,04€/ton e continua a ser muito para o serviço que é prestado.

Relativamente às questões colocadas pelo **Sr. Vereador Paulo Ribeiro**, quanto à descida de 13% dos Resíduos Sólidos Urbanos, esta está fundamentada na proposta que foi trazida há 15 dias a Reunião de Câmara e agora no Orçamento, que o investimento sobe relativamente ao ano anterior, naquilo que é a recolha de tratamento de deposição de resíduos, pelas tarifas e pelo aumento do *Outsourcing* e pela administração direta com aumento de contentorização, número de circuitos, periodicidade, investimento em viaturas e na recolha porta-a-porta. Esta diminuição existe porque foi em 2023 que se investiu na recolha bio, foi o ano de grande

investimento. No próximo ano já não serão estes os números e estes são os acertos e contas que devem ser feitas e serem esclarecidas. O investimento na compostagem comunitária e na recolha coletiva de biorresíduos foi feita este ano. Para o ano esse investimento não aparece.

Relativamente às questões das redes de água e saneamento e a preocupação manifestada pelo **Sr. Vereador Paulo Ribeiro**, por não aparecer de uma forma evidente, nas áreas urbanas, esclarece que o executivo que gere em maioria relativa, tem essa preocupação. Mas não é só nos espaços ou aglomerados urbanos, é em todo o concelho, pois em todo o concelho existem municípios e a qualidade do serviço deve ser assegurada transversalmente e não só na preocupação do que são os espaços mais urbanos. De todo o modo, esclarece também, que em espaços urbanos têm a Rua Miguel Cândido, a Rua Manuel Ferreira Caramelo, a remodelação de condutas em Pinhal Novo, segunda fase, na Rua da Lusitânia (quando o Departamento de Projetos e Obras Públicas faz a infraestruturação geral, faz o saneamento e a remodelação de águas), Rua dos Amigos e tudo o que se faz em substituição dos promotores, que são em espaço urbano (pois os loteamentos só podem acontecer legalmente em áreas urbanas). São nesses espaços que vão continuar a proceder em obras ou inacabadas ou que estão obsoletas. Dá o exemplo da Mobil ou Vale Flores na segunda fase.

Quanto a obras e quando se afirma que andam de ano para ano e são sempre iguais, partilha que no decorrer de 2023 concluíram 18 obras num investimento superior a 3 milhões de euros. Não crê que seja pouco e aproveita para agradecer não só o esforço de todos os dirigentes, como também das equipas técnicas. Existe um compromisso de mandato muito desafiante e todos os dias tentam dar o seu melhor para cumprir esse objetivo.

Em relação do Ciclo7, é do conhecimento que se tem estado a aguardar as autorizações e aprovações da E-Redes e das Infraestruturas de Portugal. A acontecer tem de o ser com a aprovação destes dois organismos e não sabe se será ou não em 2024. Farão esse esforço.

Quanto ao edifício Pal, está autonomizado, porque é uma das intervenções incluídas nas reabilitações e está citado no documento. É o "Edifício Palmela Conquista", está autonomizado, vai a financiamento e é uma das grandes obras que vai ajudar à regeneração e à reabilitação urbana no Centro Histórico.

Quanto às questões das alterações climáticas, que o Sr. Vereador tem vindo reiteradamente a colocar e que têm, também reiteradamente esclarecido é a estratégia e o caminho que têm seguido. Não será feito todo num mandato e muito menos num ano. A estratégia está definida e os próprios planos têm que ser concluídos e aprovados de acordo com a Lei que será em 2024. Serão também definidas outras ações em concreto pelo Município. O PLAC (Plano Local de Ação Climática) é uma das conclusões. Foram apontados caminhos e ações que teriam de concretizar. O Pinhal Novo Verde é um deles. O PAC – Plano de Ação Climática, que é o plano mais programático e mais concretizado terá de ser fechado em janeiro de 2024 – espera que as equipas o consigam -, e que irá definir e dar as pistas para outros investimentos.

Considera redutor falar de alterações climáticas só do ponto de vista das plantações e das zonas de sombreamento. Essa é apenas uma das vertentes que terão de investir. Quando falam de linhas de água, na Ribeira da Salgueirinha, no investimento dos transportes públicos, na remodelação e ampliação das condutas e redes de água e de saneamento, na eficiência dos sistemas e redução de perdas de água estão a falar de alterações climáticas. Existe uma panóplia de investimentos do município que não podem ser vistos só como a plantação de árvores e sombreamento. É um caminho importante, não o vão deixar de acompanhar, mas não é o único.

O **Sr. Presidente** intervém para esclarecimento e contraditório.

Percebe o papel de cada uma das bancadas e do papel da oposição. Apontar eventuais insuficiências, incongruências, contradições na proposta de Orçamentos e Grandes Opções do Plano. Gostaria que houvesse uma atitude mais propositiva. Confessa que durante o mandato tem sentido de uma ou outra bancada alguma disponibilidade para fazerem propostas que procuram discutir e integrar naquilo que se articula com o plano de trabalho sufragado e que está no plano de mandato. Porque existem questões onde têm a mesma visão, mas a forma de operacionalizar corresponde a estratégias diferentes que consideram ser as melhores e que correspondem melhor ao interesse público, aos recursos disponíveis no Município e aquilo que as pessoas solicitam, exigem e à expectativa dos munícipes.

Começa pela questão da entrega do documento. Para além de se ter cumprido o tempo legal, entregaram uma pré-proposta no dia 22 e 23. No âmbito do Direito de Oposição, a pré-proposta, sendo um documento que não está detalhado no texto, inclui os grandes números e citadas as principais ações, obras e investimentos. Tiveram um prazo para receber eventuais comentários e propostas. Noutros anos receberam e procuraram integrar. Fizeram um balanço e no caso concreto com o Sr. Vereador do MCCC do que se comprometeram a integrar e o estado – integraram, por exemplo uma proposta do MCCC – e em outras propostas foi explicado que existem momentos para estudos prévios, para projetos e para obras e por isso, não lhe parece correto utilizarem, de forma inverosímil a retórica de que “aparecem várias vezes durante o ano”. Têm que aparecer, pois para encetarem um processo, têm que o ter no Orçamento, estimar uma verba. Não significa que a obra seja para ser feita nesse ano, pois tem expropriações e projetos. São obras plurianuais. Existem 3 ou 4 que sabem que tem andado de ano para ano, não pelas razões expostas. São atrasos nas empreitadas, concursos desertos, ou questões relacionadas com licenciamentos e pareceres de entidades externas que são muito demorados. São demorados até para os processos urbanísticos que levam a possíveis desistências, que não se concretizam pois não existe quem deixe de fazer investimento em Palmela. Todos os projetos que sejam úteis, corretos e que não sejam baseados em transformação fundiária ou especulação imobiliária são bem recebidos no concelho, com tratamento privilegiado, pois criaram uma “via verde” para esses investimentos.

O documento foi entregue a tempo e horas. Regista a contradição de, por um lado é um muito bem feito e parabenizam os técnicos, depois a estrutura “já não presta”, depois já é muito extenso. São os técnicos que o fazem e os eleitos limitam-se a aprová-lo. Por isso considera que existe uma contradição no discurso dos Srs. Vereadores. Este é um documento transparente e por lê-lo, às vezes interpreta-se como tendo coisas repetidas. É um documento que tem uma estratégia implícita e explícita. Dá trabalho a ler e a cruzar informações. Observa que não cruzaram algumas informações de coisas que foram aprovadas em Reuniões de Câmara, nomeadamente obras que vão a empréstimo, candidaturas e às adjudicações que são anunciadas. Pede mais rigor e bom senso na análise.

Em relação ao crescimento na verba da segurança que afirmam ser só pela obra do Ministério da Administração Interna e da sua responsabilidade, aproveita para repor a verdade e manifestar o seu descontentamento até com alguma comunicação social, com a forma como trataram este processo, que noticia como “MAI constrói posto da GNR em Poceirão”. Afirma que o mérito é da população e da autarquia que trabalharam neste assunto durante cerca de 10 anos, que reuniu com todos os comandantes distritais, com 3 generais da GNR no Quartel do Carmo, que reuniu mais de cinco vezes com o Ministério da Administração Interna e a Secretaria Geral e com vários Ministros. Fez um projeto, com base num protocolo aprovado na Câmara há três anos – em 2020 e da qual esteve três anos à espera de se encontrar o financiamento. Gostava que as obras dos Centros de Saúde, das Variantes, da Ribeira da Salgueirinha, dos quartéis da GNR fosse feito por quem tem a responsabilidade de o fazer. Para além da reivindicação, a bancada do Partido Socialista propõe algumas coisas, cabe defender a posição do Governo e cabe preconizar para a autarquia aquilo que são os planos do Governo, mas não se vive no tempo do Estado Novo. As autarquias têm autonomia, o seu diagnóstico das necessidades do seu território e atuam com os planos que entendem que são fundamentais. Não têm que ter os mesmos planos, com os mesmos nomes que estão no programa do Partido Socialista, no programa do Governo. Têm outras estratégias para chegar aos objetivos que interessam à população. Reafirma que a obra, a sua construção é da Câmara Municipal. É a Câmara Municipal que paga a renda das atuais instalações no Poceirão. Foi a Câmara que levou os vários membros da GNR e do Governo ao local, que deu o terreno – que é municipal-, que fez o projeto e o pagou, fez todas as diligências institucionais que vai permitir lançar a empreitada. Não é o MAI (Ministério da Administração Interna) que vai realizar a obra. Defende que o que pertence aos Governos fazer, deveriam fazê-lo, mas não o conseguem fazer.

Em 40 anos não houve política de habitação, irá avançar agora, graças às verbas do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e ao trabalho que as autarquias estão a fazer.

Nas escolas são as autarquias que também vão avançar, porque existe financiamento através do PRR. Para fazer estes projetos vão atrasar outros, porque existe financiamento.

É falso quando se afirma que só se faz estas obras porque existe financiamento do PRR. Estas obras só se vão realizar porque existe este financiamento. Na última conta de gerência, ficou visível que o Município fez investimentos com receitas próprias na ordem dos 7 milhões de euros. Nunca se tinha feito tanto com receitas próprias. Estavam a virar o mandato de 2021 para 2022. Está na conta de gerência, está escrito, reforça.

O Município, tal como o Governo tem que ir aos financiamentos que existirem para avançarem com obras que têm muitos anos de atraso.

Reforça mais uma vez, que o Posto Territorial da GNR de Poceirão não é uma obra da responsabilidade do MAI (Ministério da Administração Interna). Politicamente seria, mas quem a vai fazer é a autarquia. O mérito foi da luta da população e da Câmara Municipal.

Sobre a questão do aumento da resposta das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), o Município tem um diagnóstico. Não precisa de ter um Plano de Diagnóstico Social novo todos os anos. Sabem das necessidades que existem da parte da população. Ao contrário do que a Sra. Vereadora afirmou, e que até já trabalhou numa IPSS, são bastante privilegiadas em candidaturas e pelo Município em termos de atribuição de terrenos para fazerem todas as instalações que têm, com isenções de taxas decididas pelo Município, tal como as IPSS que hoje estão a fazer as novas respostas, da qual afirmou que existem porque o Governo tem o PRR, o dinheiro não chega. O do Bairro Alentejano tem muito dinheiro atribuído pela Câmara Municipal e que foi aprovado em Reunião de Câmara. A Associação de Idosos de Palmela, que também está com uma candidatura ao PRR, vai ser apoiada pelo Município. Tal como muitas outras o serão. Em termos de rede têm mais uma instituição da qual estão em conversações para poderem instalar mais uma resposta da qual possa estar em falta. O que sabe é que as Instituições Sociais querem fazer mais apoio domiciliário e outros serviços da qual não têm tido abertura da parte da Segurança Social para a contratualização de mais. Sabem do que o território precisa. Não precisam de planos inspirados no que são os planos do Governo ou de um ou outro Ministério.

Nas Outras Funções Económicas, da qual o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** não entende porque crescem tanto, esclarece que são questões relacionadas com o Comércio e o Turismo. Se analisarem em detalhe – é preciso perceber a orgânica, as designações e está na lei como se faz os Orçamentos – nesse capítulo estão os Mercados e Feiras ou as Promoções.

Se se falasse globalmente em valores, bastava colocar o edifício Palmela Conquista – que terá um uso mais focado na economia e turismo – dentro do Turismo. Se existiram descidas foi porque existiram obras que saíram dessa classificação económica e passaram a ter outra classificação.

Ao referirem as questões do edifício da Coopinhal que já estava em outros anos, volta a esclarecer que existem verbas para projeto, os concursos estão lançados, estão a decorrer e

vão ter que a colocar no próximo ano para pagar a entrega do projeto e depois fazem “tábua rasa” a documentos que aprovaram.

Cita: “Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho: 500 mil euros; Reabilitação do Edifício da Coopinhal para instalação de serviços: 1144 mil euros; Requalificação do Edifício Palmela Conquista: 600 mil euros (não pode ir a qualquer candidatura e tem de ir a empréstimo); Infraestruturação da Lagoinha/Rua da Lusitânia: 150 mil euros; Infraestruturação da Rua Zeca Afonso/Quinta do Canastra/Terrim: 250 mil euros”. Questiona por isso como é que as obras são sempre as mesmas. Estas que citou nunca estiveram em orçamento.

Continua:

“Infraestruturação da Rua da Lagoinha: 240 mil euros” que já teve menos valor porque primeiro fazem-se os projetos e quando se sabe o valor da obra é que se inscreve o que é necessário. Neste caso, para o empréstimo estimam que seja este valor. Caso seja necessário mais, o empréstimo financiará a parte e o restante o Município terá os seus próprios fundos.

“Infraestruturação da Rua Manuel de Lima Simões/Quinta do Anjo”. É uma obra nova, reforça. Todos os anos no projeto “Eu Participo” entram 4 a 5 obras novas. Muitas que nem fazem parte do plano de mandato. Questiona, novamente, como podem afirmar que não existem obras novas.

“Reabilitação do Edifício Santa Rosa”, “Pavimentação da Rua Montinhoso/Troço Nascente/Pinhal Novo”, são obras novas.

“Pavimentação do Troço da Rua 1.º de Janeiro/Pinhal Novo” já esteve em orçamento para projeto. Não avançou devido à obra da Ribeira da Salgueirinha e a dois licenciamentos que ali serão desenvolvidos. Vão deixar avançar para depois avançar com a parte da responsabilidade da autarquia e a restante feita pelos promotores.

“Repavimentação da Estrada do Padre Nabeto”, “Prolongamento da Rua 1.º de maio” são novas. A Rua 1.º de maio foi feita, falta agora fazer o prolongamento que foi uma escolha dos munícipes.

“Estrada dos Carvalhos” é novo.

A “Requalificação da Avenida dos Caminhos de Ferro” vão a empréstimo. O projeto aponta para uma obra de 1500 mil euros, para se fazer desde a Estrada Nacional, junto ao Intermarché até à antiga Estação de Palmela. Estão a contratualizar com o Intermarché e com as Infraestruturas de Portugal uma rotunda e o tratamento da envolvente até ao primeiro aglomerado de casas. Este primeiro troço sairá do projeto da autarquia. O segundo troço será a autarquia a fazer. Ou seja, o primeiro troço dará acesso a Aires, às Casas da Quinta – que tem uma linha de água problemática, e as bermas. Esta foi a solicitação dos munícipes. Esta era uma Estrada Nacional que veio à posse do Município e que agora lhe darão uma dimensão humana e urbana, onde se poderá circular, com bicicletas, bermas, com estacionamento, com passeios e outros arranjos.

A “Rua dos Alegrias” tinham uma estimativa que se mantém e será feita com o empréstimo.

A “Rua da Ponte/Palmela” é nova.

“Pavimentação do Troço da Avenida Marechal Gomes da Costa” é nova. O que estava no orçamento era a rede de água com cerca de 100 mil euros e que está a terminar. Estão a falar de uma zona que já está metade feita há muitos anos, na parte do perímetro urbano e estão a fazer o restante para ligar ao Vale do Alecrim. Foi também solicitado pela população e é isso que estão a fazer.

A “Rua da Etiópia” é nova.

A “Infraestruturação do Bairro José Maria dos Santos” que inclui levantamento das calçadas na zona norte do Pinhal Novo. Tem a primeira fase das infraestruturas de água e saneamento e depois segue o projeto das acessibilidades, com passeios em betão prurido em substituição à calçada.

Estão a investir naquilo que consideram fundamental no momento. Um milhão para infraestruturar, o embelezamento virá depois.

Em relação à referência feita sobre as Comissões Gerais de Freguesia. Esclarece que estas são autónomas ao Município. São acompanhadas pelos serviços técnicos municipais, pela Segurança Social, têm uma comissão que acompanha o trabalho e a aferição das necessidades, da qual até têm tido *feedback* e sabem o que necessitam, e por isso afirma que todas elas estão colmatadas.

O apoio social não se mede por mais um dígito ou dois no Orçamento. Até o Cabaz Alimentar, cujas ofertas e cedências vêm amiúde e com transparência às Reuniões de Câmara são feitas por Mecenas. Em vez de atribuírem 35 mil euros ao Centro Social de Palmela para correção dos problemas da claraboia da entrada de água no telhado, levaram a Fundação Mota Engil a fazer esse trabalho, ficando a autarquia responsável pela segunda fase – a pintura, dá qual já estão a tratar.

Na Área Social, a grande obra feita pela Comunidade das Irmãs Auxiliadoras do Campo, estão a contar com a Câmara para o financiamento do imobiliário e equipamento. Ainda não foi colocada essa verba, mas estará assim que se colocar o saldo de gerência do ano anterior e contratualizar todas essas questões.

Quanto ao Seminário da Saúde Mental, recorda que toda a Vereação foi convidada. Este estudo foi tão bem referenciado que foi publicado na maior revista de especialidade nestas matérias e foi também apresentado no âmbito do projeto dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e da Universidade Católica como uma boa prática e estudo de caso.

Sobre as questões das certificações, convida a conhecer melhor o que é o projeto da Carta da Qualidade. Não é um assunto que se coloca numa rubrica e que se faça anualmente. É um processo contínuo.

*O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** intervém, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.*

O **Sr. Presidente** concorda, mas alerta que não se pode confundir Sistema de Gestão de Qualidade, que se refere a uma norma de qualidade – ISO 9000 -, com o Sistema de Gestão Misto, que é uma Carta de Qualidade. É um sistema que está em implementação para toda a Câmara. Têm concluído o mapa de macroprocessos, está em curso durante vários anos, porque não contrataram uma empresa externa para o fazer. Sobretudo tiveram que passar a uma fase que é fundamental, todos os anos existem novas obrigações. A mais recente, informa, foram as questões de certificação, cruzando com os novos procedimentos em cooperação que está a ser feito com o responsável do RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados).

Em relação à afirmação feita sobre o sistema SIDAM que não é bom, considera que tal revela uma falta de conhecimento às alternativas, atendendo às vastas atribuições das Câmaras, onde é necessário integrar várias aplicações do Ecossistema. Têm a Medidata e nos municípios só existem dois sistemas que funcionam. Este pode ser sempre aprimorado e todos os dias solicitam melhoramentos e correções. A IRQ que conhecem há muitos anos.

O SIDAM funciona e é permanentemente melhorado. Está no Orçamento o Plano de Investimentos para a Renovação do Parque Informático. O *hardware* deve acompanhar a “carga nova”. É através deste plano que se quer agilizar a circulação de outras aplicações.

*O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** volta a intervir, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.*

O **Sr. Presidente** concorda novamente, mencionado que é permanente, o *software* tem licenças pagas anualmente (que estão bem explicadas na despesa). É um facto que não existe um ponto de chegada, mas é um processo que está em construção.

A Carta da Qualidade existe. Tem objetivos, princípios e tem feito avanços.

Podem certificar. Já tiveram vários prémios e continuam a ter várias distinções em vários processos municipais, no entanto, este é um processo mais integrado e por isso tem de ser plurianual e terá um momento de maior visibilidade e desfecho.

O Município acabou de ser certificado como entidade empregadora inclusiva, na área dos Recursos Humanos.

*O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** volta a intervir, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.*

O **Sr. Presidente** responde que é para constar, tal como os apoios sociais às famílias que são poucos os municípios que estão pelo 7.º ano consecutivo como Autarquia Mais Familiarmente Responsável. No distrito só existem duas e Palmela é uma delas.

*O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** volta a intervir, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.*

O **Sr. Presidente** esclarece que não diz respeito ao IMI Familiar. Isso é apenas um dos múltiplos parâmetros. Valorizam e querem questões ligadas à discriminação, violência, práticas com idosos.

Pede para que não o interrompa, pois acredita que não se vai desviar do objetivo de responder às questões que suscitou e que lhe parecem que não foram feitas de uma forma bem-intencionada.

A questão da Ribeira da Salgueirinha e do problema que existiu num dos atravessamentos na linha do Alentejo. Esclarece que é muito simples e que já esclareceu publicamente. A obra da Ribeira da Salgueirinha, cuja 1.ª fase está concluída, nesse obstáculo em concreto, não foi feita a intervenção preconizada pelo projeto, por problemas com as Infraestruturas de Portugal. É uma obra para a Infraestruturas de Portugal fazer, partilhando que está a preparar um extenso dossier com compromissos antigos das Infraestruturas de Portugal – como o atravessamento da Estrada Nacional – com todas as obrigações que tinham para fazer. Ficou escrito e afirmado que faziam e pagavam. Não só não pagaram como ainda ficaram outros atravessamentos para fazer e depois passam a ideia de que a intervenção foi mal feita. Reforça que a intervenção não foi mal feita e é preciso perceber do assunto.

Interessa é que as pessoas que reclamaram a obra e que muitos afirmam que não se faz, estão satisfeitas, pois têm *feedback* dessas pessoas e sabem que corresponderam às expectativas das mesmas.

Sobre as Grandes Opções Estratégicas pede para que se leia melhor o documento.

Dirigindo-se ao **Sr. Vereador Carlos de Sousa**, esclarece-se que quando se menciona o *FoodLink*, um dos processos da qual são os principais dinamizadores na AML (Área Metropolitana de Lisboa), para criar na zona de Poceirão-Marateca um maior potencial agrícola do Palmela Bio, estão com investidores nessa área, estão a trabalhar em termos de planeamento na possibilidade de existir um Mercado Abastecedor, para ir ao encontro de novos produtos (Poceirão já não é só tomate e arroz, é muito mais). O Governo escolheu no concelho de Palmela, Poceirão, uma herdade que tem essa prática biológica, que organiza com o Município a apresentação do programa nacional estratégico para a alimentação, para a proximidade e para o biológico. Têm isto tudo plasmado quer nas opções do ordenamento do território, quer nas políticas e projetos regionais onde estão integrados.

Apostaram numa rede de parques solares equilibrada, com muitos em funcionamento, que tornaram Palmela autossuficiente e exportadora de energia verde.

Apostaram em zonas logísticas para atraírem novos investidores. Existem mais empresas no concelho de Palmela.

Quando o **Sr. Vereador Carlos de Sousa** afirma sobre a necessidade de revitalização e requalificação dos acessos e dos parques industriais, esclarece que “zonas industriais” foi uma designação que o Sr. Vereador criou numa outra geração dos PDM (Plano Diretor Municipal) que deviam de dar origem a Parques Industriais promovidos pelos promotores, porque Palmela não têm Parques Industriais públicos. Os que existem no concelho tiveram entidades e agentes que os fizeram, infraestruturaram e que vendem ao m2. As empresas instalam-se ou não. O trabalho de planeamento ficou por fazer.

Informa que quer em 2020, quer em 2030 Palmela fez propostas no Plano Nacional de Investimentos para requalificação dos Parques e das Zonas que estão identificadas. Os eixos anunciados iriam para, mas não puderam ser acomodados. Muita tecnologia, muito 4.0.

No pós-troika surgiu a ideia, depois de muitas empresas e fabricas terem sido encerradas e abandonadas, de se criar apoios para a sua requalificação, que não se destinaram às autarquias, mas sim para entidades. E houve muitas que conseguiram aproveitar. Estão a trabalhar em matéria de planeamento precisamente com esses agentes, no território.

Tiveram a opção estratégica num projeto que trabalharam e acompanharam, sem tráficos de influências, com trabalho sério de concertação, junto de Ministérios, do IAPMEI e do AICEP (Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa): a Cidade do Cinema e Audiovisual. Terão, muito em breve a aprovação da arquitetura da qual estiveram à espera de pareceres por parte da Administração Central.

Em breve fará um balanço da tramitação urbanística e é preciso desmascarar. Estão em tempo de facilitar e de não permitir mais crimes no território. O tempo do facilitismo acabou. Defendem um território ordenado, com ecossistemas protegidos, preocupações com o clima, com as cheias. Existem questões de natureza técnica que são de natureza técnica e outras que são de orientação política.

Depois de se descobrir muito erros, não o vão corrigir com outros. Têm que o fazer bem. Existem muitos processos que andam com pareceres jurídicos “para trás e para a frente”, porque não estão num território de comunicações prévias onde tudo está infraestruturado. Têm que consultar as Infraestruturas de Portugal, têm que saber onde se liga a água, se é com sistemas autónomos e quais são as regras.

Existe urgência no PDM. O futuro PDM vai ser um “amargo de boca” para muitas pessoas que estão à espera do PDM. Têm de aproveitar o tempo e é esse esforço que estão a fazer para

salvar um conjunto de investimentos estratégicos para o concelho e para o país porque a nova Lei dos Solos vai reduzir, combater o disperso e dar primazia às questões dos ecossistemas.

Em termos de diversificação da atividade económica, não tinham logística e hoje têm. Trouxeram empresas do norte para Palmela.

Sobre a Autoeuropa já aprovaram vários projetos como a nova ETARI ou da nova secção de estufa e pintura, preparada para veículos elétricos e têm a confirmação que irão receber um novo modelo. A Autoeuropa e todo o cluster automóvel tem sido resiliente face a alguns ciclos recessivos globais e internacionais e também tem contado com o apoio da autarquia para o que foi necessário e tem sido necessário fazer para desenvolver o espaço.

Todos os projetos são meticulosamente articulados com a estratégia de desenvolvimento local. Se antes só existia o cluster do vinho, da agricultura e do automóvel, hoje existe o cluster do abastecimento ligado ao potencial agrícola, o cluster do biológico, o cluster das artes e do audiovisual e um cluster da logística fortemente centrado em novos projetos e investimentos em Vila Amélia.

Esta estratégia não precisa constar nas Grandes Opções do Plano pois não se destina a “dar dinheiro” ou a fazer obra.

Vão ter que fazer obra na chamada estrada da Makro, que não está, de momento, no plano, mas irá estar, porque a densificação da zona irá necessitar de infraestruturação que será feita pela Autarquia e por investidores. É isso que estão a contratualizar.

As zonas de fixação de atividades económicas estão muito bem clarificadas na proposta de revisão do PDM (Plano Diretor Municipal). Têm os seus níveis de infraestruturação devidamente clarificados, o que compete fazer aos promotores e o que compete fazer ao município. Não é um PDM (Plano Diretor Municipal) de intensões, inclui eixos, programas, investimentos, cronologia e a identificação de quem os pagará de modo a que se evite estarem coisas por fazer e que nunca se concretizam.

No capítulo de algumas respostas de proximidade, não foi referido no Orçamento, mas sublinha que a transferência de competências para as juntas de freguesia e também o número de contratos interadministrativos implicam, sem as transferências que se farão para as obras do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) do Poceirão e Marateca e das quais se têm aprovado pontualmente algumas transferências para projetos que necessitam de liquidação, estas transferências para as juntas de freguesia atingem os 2.900 mil euros. É uma partilha de responsabilidades que assumem, retirando recursos à autarquia porque não querem que as freguesias desempenhem mal estas novas funcionalidades por falta de recursos e financiamento. Estão a fazer um esforço no Orçamento para irem mais longe do que o que já foi contratualizado.

Volta a referir que existem um conjunto de obras e de investimentos novos. Quando se fizer a incorporação do Saldo de Gerência e do Empréstimo, haverá uma forma mais simples de poderem ler os números e as obras no Orçamento.

A técnica tem sido colocar a designação da ação e o valor correspondente. Possivelmente terão de colocar várias vezes o valor para se saber quando é que é para obra ou para outro qualquer procedimento.

Crê que os pedidos de esclarecimento servem para isto mesmo, mas considera que por vezes, estes não vêm como pedido de esclarecimento, mas como uma acusação, que na maior parte dos casos, realça não corresponder à verdade.

Quando o Sr. Vereador cita as obras da Escola Joaquim José de Carvalho ou da Escola Salgueiro Maia, esclarece que já existiram obras no logradouro do 1.º ciclo dessa escola, o que está incluí neste momento o projeto para a área do recreio do pré-escolar (que foi visitada numa Semana das Freguesias). Não avançaram porque foi diagnosticado um problema que tinha de ser resolvido ao nível da climatização. O projeto está a ser feito para ambas as coisas. O projeto está adjudicado, está a ser terminado. Na primeira revisão orçamental que se faz, geralmente em fevereiro, entrará a verba respetiva para se avançar com a obra. Na escola Joaquim José de Carvalho, a primeira intervenção que o Sr. Vereador cita, que já teve em orçamentos em anos anteriores, correspondia à pertença necessidade de uma remodelação de rede de águas – que foi o primeiro problema que surgiu. Constatou-se, depois, através de um outro tipo de intervenção, que não foi necessária fazer essa grande intervenção, o que se fez, foi colocar verba para elaboração de um projeto, que crê ser para o Espaço de Jogo e Recreio.

Questiona o Sr. Diretor do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude se os equipamentos estão incluídos nesta empreitada ou estão numa outra que estão a fazer. Está em curso uma empreitada de 300 mil euros de equipamentos.

O Sr. Diretor do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude responde, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.

Face à resposta dada, o **Sr. Presidente** refere que é essa a informação que pretende para esclarecer que existem obras que são da responsabilidade da Divisão de Projetos e Obras Públicas em que a empreitada inclui tudo e outras que são da responsabilidade de outras unidades orgânicas e que estão em outros capítulos no que diz respeito à aquisição de equipamentos, seja para Espaços de Jogo e Recreio públicos ou para os Espaços de Jogo e Recreio das escolas.

O Sr. Diretor do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude volta a responder, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Presidente** agradece esclarecendo que serve para explicar porque é que as rubricas se repetem.

Outras obras, assume que é o que afirmam e que aparecem várias vezes, mas sublinha que, por exemplo as obras dos Paços do Concelho estão a terminar. Está atrasada e todos sabem as razões. A empreitada que agora propõe é para melhoramentos e arranjos de gabinetes interiores. Todas as questões quer sejam de eficiência energética, redes informáticas, telecomunicações ou de energia, obrigou a projetos completamente novos, de forma a evitar problemas que foram identificados com sucessivas ligações, ampliações ou mexidas e que já têm muitos anos. Obrigou a que esteja novamente em Orçamento, com o mesmo nome, mas a obra é diferente e não um “arrastamento” da obra inicial. Todos os atrasos foram justificados pela empresa e podem ser encontrados no processo toda a explicação para todos os adiamentos existentes que dizem respeito a questões de natureza técnica de um edifício sensível. A área do restauro é muito complexa, sublinha.

Sabe que tem sempre muito pouco tempo para esclarecimentos de questões de pormenor, mas acredita que cada uma das bancadas faria um Orçamento diferente, com opções diferentes. Mas não será lícito afirmarem que este Orçamento e Plano não é o que o concelho necessita, que não tem uma visão estratégica implícita, num território que é o mais extenso da Área Metropolitana de Lisboa.

Tem custos de infraestruturização mais elevados do que qualquer outro município. O facto de estarem a tratar questões que dizem respeito aos primórdios da infraestruturização do território no pós-25 de Abril, que são permanentes e na qual estão numa fase de reabilitação, modernização e eficiência nessas estruturas, não os afastou de dar passos muito decisivos no que são outras linhas de desenvolvimento que fazem o concelho de Palmela cada vez mais atrativo, com sustentabilidade económica.

No âmbito dos equipamentos tem dado “saltos de gigante” nos últimos 16 anos. Nunca se fizeram tantos equipamentos que o concelho não tinha como na educação, na cultura, nos Centros Comunitários ou no desporto. Houve anos em que tiveram de dar prioridade a outras matérias e isto diz respeito a um posicionamento e a uma visão que vai ao encontro do que são os desafios da sustentabilidade. Não se cresce por acaso. Cresce-se porque as pessoas encontram no Concelho de Palmela o seu ideal de qualidade de vida, onde associam questões de centralidade, mobilidade, acessibilidade, de natureza, de património, gastronomia e vinhos. Tudo “emblemas” do território. E onde também encontram escolas, respostas de apoios socioeducativos acima da média nacional e um ambiente acolhedor para os seus projetos de vida.

Isto tem a ver com as ações que tomam.

Criou-se espaços periurbanos que se estão a infraestruturar. O Concelho sempre esteve debaixo de algumas pressões que hoje, algumas, ainda se mantém. Mas a autarquia está a criar instrumentos para responder às necessidades das populações e para ter uma perspetiva de

desenvolvimento sustentável. Isso é visível nas opções que estão a tomar no presente Orçamento, nos mais diversos setores.

De resto, considera uma questão de “nomes”. Existe a noção de que algumas medidas ditas avulsas não têm enquadramento. Se quiserem fazer uma tese de mestrado ou doutoramento, partam do conceito dos práticos reflexivos, em que através do conjunto de dinâmicas do território e a partir desse diagnóstico que se faz o enquadramento estratégico conceptual de um plano de intervenção. É isso que fazem: com a rede de parceiros económicos, locais, da educação ao social.

Acredita que têm o Orçamento que o concelho precisa e que tem, efetivamente de ser executado. Sobre a execução falarão no próximo ano, quando for feita a conta de gerência e se faz o balanço da execução.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** volta a pedir o uso da palavra para fazer dois ou três apontamentos. Começa por alertar, novamente, que o documento foi entregue no dia 23, onde estariam os grandes números e que daria para verem “tudo”. Mostra a diferença entre os dois documentos e a diferença entre o documento que lhes foi entregue no dia 23 e o outro que tem atualmente. Nesse surgiram mais 1200 mil euros.

O **Sr. Presidente** esclarece que se trata do Quartel da GNR de Poceirão.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** pede para que o deixe continuar. Continua e afirma que 1200 mil euros não é uma “coisa de só menos”. Têm que procurar e analisar. O que quer dizer é que entre o dia 30 e o dia 6 não conseguem esmiuçar o documento ao pormenor. Uma coisa é afirmar que o documento é exaustivo, que é difícil de se fazer e por essa mesma razão é que devem ter mais tempo para ser analisado.

Reitera o que afirmou. Existem obras que são repetidas desde 2016, vão continuar em 2025 porque ainda não estão feitas e algumas nem começadas. Considera não existir um fio condutor. Existe uma amalgama e não percebem qual o caminho, ou seja, nuns anos apostam mais numa coisa, noutros apostam menos em outras e anda-se num “zig zag”, que não se percebe.

Afirma que podiam discutir as opções da oposição e do executivo. Cada um tem as suas opções políticas e isso é legítimo. O problema, assume é que se olha para o documento e não se percebe qual a opção. Percebem uma amalgama de obras, que umas vezes se repetem, andam “para trás e para a frente” e por isso é que depois têm de discutir desde quando é que a obra está em orçamento e não saem disso. Mas o maior problema, afirma, não é a discussão em si é o concelho que não sai deste impasse.

O **Sr. Presidente** interrompe afirmando que não são esses os resultados do desenvolvimento do concelho e é precisamente o contrário.

Face à intervenção do **Sr. Presidente**, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** aproveita para dar nota que votará contra o Orçamento.

Continua para referir que a propósito do urbanismo tem conhecimento de técnicos na autarquia que ainda usam versões de 2010 do *Autocad*, por isso não pode ser tudo modernismo. Outra coisa que o deixou intrigado foi a afirmação do o **Sr. Presidente** com muita veemência do fim do facilitismo, que acabou o facilitismo no concelho na área urbanística. Questiona, assim e uma vez que a CDU governa o concelho há quase 50 anos, em que período da história da CDU é que existiu esse facilitismo. Desde 1976 que a CDU governa o concelho. Até 2013, teve maioria absoluta. Questiona novamente em que data, em que mandatos e que protagonistas é existiram facilitismos, de forma a perceberem que facilitismo existiram e quais os que foram corrigidos.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** pede também o uso da palavra. Afirma que será muito rápido. A questão que coloca e da qual já foi referida há muito tempo, pois tiveram uma vez essa oportunidade e que correu bem sem que ninguém tenha mudado de opinião sobre esse momento. Tinham mais questões para refletir e mais terminologias que não aceitam ou entendem. Planear um território não é “um passeio dos alegres” em que cada momento se pensa. Têm que existir uma estratégia. O território merece ter um plano estratégico e aos anos que isto é discutido. Existem muitas Câmaras com planos estratégicos de várias formas, que se vão reformulando, monitorizando, alterando porque as economias são dinâmicas, os territórios são dinâmicos e as opções também devem ser dinâmicas.

Mas, reforça, que se deve definir bem o caminho e onde se quer chegar.

Solicitam que no próximo ano se regresse às reuniões extraordinárias porque existem matérias que exigem ser refletidas com mais tempo e pormenor.

Partilha que o Partido Socialista tinha mais 13 pontos que gostaria de ter discutido e ver esclarecidos, mas 4 horas depois não é possível. Foi inclusive trazido à coação que não se estava no Estado Novo. Questiona quem é que referiu ou teve essa atitude de Estado Novo.

*O **Sr. Presidente** intervém, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.*

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** continua afirmando que sabe muito bem o que é o Estado Novo, e que ninguém teve esse comportamento ou manifestou tal situação. Considera que merecem respeito, não existe ninguém que defenda ou que tenha comportamentos, atitudes ou linguagem do Estado Novo. Assume que ficou ofendido com tal afirmação.

O **Sr. Presidente** volta a intervir para esclarecer que se trata da política de descentralização e de imposição aos municípios de valores que são do Governo.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** continua a intervir propondo que no próximo ano se faça uma reunião extraordinária só para discussão do orçamento.

Face à intervenção do **Sr. Vereador Raul Cristóvão**, o **Sr. Presidente** agradece a proposta e afirma que estão de acordo com a mesma uma vez que já a fizeram em outros momentos.

Submetida a votação a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro e Carlos de Sousa, e a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristóvão, Mara Rebelo e Pedro Taleço. Aprovado em minuta.

Gabinete de Apoio à Inovação, Empresas e Financiamentos Externo

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Empréstimos bancários de médio e longo prazo para investimentos candidatados ao “Portugal 2020” – 1ª adenda a contratos de financiamento BEI.

PROPOSTA N.º GAIEFE 01_24-23:

«Considerando que:

- Das catorze candidaturas aprovadas em Assembleia Municipal em 05/12/2019, no âmbito da adjudicação da contratação de empréstimos BEI, na figura de candidatura nos termos do Regulamento de implementação da Linha BEI PT 2020, sete já sofreram alterações relativamente aos montantes previamente definidos (cinco na RC de 02/11/2022, uma na RC de 19/07/2023 e uma na RC de 08/11/2023);
- As alterações constantes nas adendas aos contratos do BEI têm por base as necessárias reprogramações das operações junto da Autoridade de Gestão, consequência ou das reprogramações em baixa e/ou do aumento da taxa de cofinanciamento, o que provoca um aumento do apoio não reembolsável e consequentemente uma diminuição da contrapartida nacional, o que implica uma diminuição do esforço financeiro do município e, logo, uma redução do valor do empréstimo (subsídio reembolsável) pedido ao BEI. Estes tipos de alterações implicam automaticamente uma adenda ao contrato e, no caso das operações em apreço (adendas em anexo), foram alteradas com os novos valores, conforme indicado na tabela infra;

Código BEI	Candidatura		Valor Contratualizado BEI	Valor Revisto 1ª Adenda
4782	LISBOA-08-2316-FEDER-000069	Requalificação da Capela de S. João Batista	152 055,24€	139 809,96€
5040	LISBOA -08-4943-FEDER-000079	Requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura	198 172,00€	197 239,21€
5201	LISBOA-08-2316-FEDER-000034	Requalificação do antigo edifício da GNR	187 000,00€	173 126,93€

- Não foram alteradas quaisquer outras cláusulas contratuais, para além dos valores em causa;
- Em virtude da urgente aprovação e assinatura da adenda em apreço, face ao prazo imposto pelo BEI, a respetiva alteração contratual apenas referente aos valores do empréstimo, em baixa, foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara em 30/10/2023, ao abrigo do n.º 3, do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para cumprimento no disposto da alínea f) do n.º 1 do art.º 19 da Resolução n.º 14/2011, de 16 de agosto, do Tribunal de Contas;

propõe-se, ao abrigo da legislação já referida, a ratificação da aprovação das primeiras Adendas aos contratos das operações referidas, conforme documentos que se anexam.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração Urbanística

Divisão de Planeamento, Urbanização e Reconversão

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Licenciamento de operação de loteamento. Requerente: Henrest, Restauração e Serviços, Lda. N.º Processo: L-3659/2022. Local: Vale de Craveiras – Quinta do Anjo

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 01_24-23:

«Pelo requerimento n.º 3449/2022 foi apresentado um pedido de licenciamento de operação de loteamento, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação (RJUE), para um prédio misto em Vale de Craveiras – Quinta do Anjo, com uma área total de 63.398 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 7038/20090318, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 175, secção F, e na matriz predial urbana sob o artigo 12989, da freguesia de Quinta do Anjo.

De acordo com o PDM em vigor o prédio encontra-se na maioria da sua área inserido no perímetro urbano de Quinta do Anjo (60.899 m²) e uma pequena parte (2.499 m²) é classificada em Espaços Agrícolas – Cat. I, áreas afetas à Reserva Agrícola Nacional.

A operação de loteamento incide apenas sobre a área de perímetro urbano classificada como Área de Expansão de Média Densidade H1 em 33.732 m² e como área de Expansão de Baixa Densidade B2 em 27.167 m².

A ocupação urbana rege-se pelo artigo 12.º do Regulamento do PDM (RPDM) e anexo III, referente aos Parâmetros de Dimensionamento relativos a cedências e infraestruturas viárias. A proposta de ocupação, que cumpre, na generalidade com os parâmetros urbanísticos aplicáveis,

prevê a constituição de 56 lotes, sendo 55 de uso habitacional e um destinado a unidade hoteleira. Em síntese, o n.º de fogos previsto - 55 - enquadra-se no máximo potenciado pelo RPDM (127) o mesmo se passando com a superfície total de pavimentos (STP) proposta, de 20.250 m², sendo o máximo permitido 20.284,55 m² - para edifícios com dois pisos, no máximo.

Relativamente às áreas de cedência da proposta, cumprem, por excesso, os parâmetros definidos em mais 6.473,18m², beneficiando o Domínio Público; Para Espaços Verdes Utilização Coletiva são propostos 7.918,18 m² e para Equipamentos de Utilização Coletiva, 4.113,50 m², localizados na zona mais próxima do centro do perímetro urbano, a sul.

São previstos 376 lugares de estacionamento, dos quais 135 são estacionamento público e 256 de lugares privados, o que ultrapassa as exigências do RPDM.

Do ponto de vista das acessibilidades, a proposta de ocupação é estruturada por 2 acessos a partir da Rua 5 de Outubro, um dedicado ao lote de uso turístico e outro à zona habitacional do loteamento, que tem ainda uma ligação à Rua Manuel Carvalho Domécio, estabelecendo uma ligação viária fluída e contínua entre os dois arruamentos.

No interior do loteamento, a solução técnica apresentada consiste na criação de arruamentos "mistos" em anel, de acesso aos lotes, o que privilegia a vivência dos moradores no espaço urbano, com um trânsito automóvel mais lento, potenciando maior segurança de circulação pedonal e vivência do espaço.

Além disso, relativamente à beneficiação da Rua Carvalho Demécio, que serve a pretensão por nascente, estando atualmente parte significativa do arruamento abrangida pela classificação da RAN, deve a operação de loteamento ficar condicionada à intervenção, a enquadrar por meio de contrato de urbanização com o município, em momento posterior, nomeadamente com a entrada em vigor da Revisão do PDM, altura em que deixará de existir a condicionante RAN. Na obra em causa é ainda pertinente a construção de passeios no troço já pavimentado pelo município, na zona mais a sul, no lado do prédio da pretensão.

Relativamente ao atual sistema de abastecimento de água da Quinta do Anjo, este apresenta condicionantes ao nível da produção de água, pelo que futuros consumos significativos requerem o respetivo reforço. A solução delineada pelos nossos serviços passa pela utilização de uma das captações de água localizada na zona do Palmela Village, ainda fora de serviço, designadamente a terceira captação subterrânea existente. Para tal importa realizar a limpeza do furo, inspeção vídeo para confirmar a sua integridade mecânica e dimensionar uma Estação de Tratamento de Água, dotando-a com o equipamento eletromecânico necessário, explorando os caudais inicialmente previstos, sendo que no ponto de ligação à rede, deverá existir uma VRP para limitar as pressões. Pelo requerimento 6302/2023 vem a requerente propor-se vir a sanar esta referida insuficiência infraestrutural, executando a intervenção em causa por via de contrato de urbanização a celebrar com o município na fase de aprovação dos projetos de

especialidades, nas condições a definir pelos serviços responsáveis e mediante a apresentação da caução devida.

Do ponto de vista do serviço de saneamento público, existem condições para a ligação às redes públicas de esgoto doméstico sendo proposta a criação de bacia de retenção do efluente pluvial na zona nordeste do loteamento. A propósito desta solução e descarga do efluente daí resultante no meio natural, foi promovida consulta à APA, tendo, no entanto, internamente sido determinada a viabilidade de entrega em coletor pluvial da rede pública, pelo que o assunto deixa de carecer de aprovação da entidade. Neste caso a opção foi orientada para uma bacia de água permanente, solução também conhecida por bacia de detenção que constitui um reservatório ao ar livre, construído em terra, com taludes reforçados ou diques de proteção lateral, devidamente isolado através da impermeabilização do solo.

A ligação à rede de drenagem de águas residuais domésticas existentes na Rua Manuel Carvalho Demécio deve ser previamente solicitado à SIMARSUL, entidade exploradora do emissário.

Para além da consulta à APA, a pretensão foi ainda submetida a parecer da DRAP-LVT, ICNF e Turismo de Portugal em razão da localização, nos termos do RJUE, tendo sido recebidos os pareceres, na generalidade favoráveis, que se anexam e fazem parte integrante desta proposta.

Conjuntamente com o serviço responsável pelo planeamento de infraestruturas (DEPOP) estabelecem-se várias orientações e condições técnicas a respeitar na fase de execução dos projetos de obras de urbanização, nomeadamente:

1. A partir da Rua 5 de Outubro não deverão ser previstos quaisquer acessos viários diretos aos lotes habitacionais.
2. Os arruamentos internos de sentido único deverão ser corretamente sinalizados, recorrendo a sinalização H46 e H47 (zona residencial ou de coexistência) e a sua estrutura de pavimento (pavê ou calçada grossa) deverá ser coerente para com o sistema de drenagem de pluviais a adotar, preferencialmente com a linha de drenagem efetuada no eixo do arruamento viário.
3. O material a adotar para o pavimento dos arruamentos de sentido único deverá claramente efetuar uma distinção visual para o condutor, especialmente em termos cromáticos (e eventualmente morfológicos) para que seja compreensível que não se trata de um passeio ou de uma plataforma viária e sim de uma zona mista (coexistência).
4. Qualquer sinalização horizontal e/ou demarcação de parqueamentos a efetuar deverá ser efetuada recorrendo a material de cor contrastante e não a pintura, dado o material ser a calçada grossa ou blocos de betão.

5. Estes arruamentos deverão ser confinados com guia de betão, por forma a minimizar eventuais danos provenientes das sobrecargas viárias (especialmente na altura da construção das habitações).
6. A estrutura mínima a considerar para a plataforma viária será a seguinte:
 - Regularização e compactação utilizando rega até ao teor ótimo de humidade e por meio de equipamento mecânico, e regularização da superfície do solo de fundação;
 - Camada de base em tout-venant de 1ª categoria, procedente de britagem de calcários da região, na espessura mínima de 30 cm, executada em camadas de 15 cm cada, devidamente regadas até ao teor ótimo de humidade e compactadas por meios mecânicos até 95,0% da baridade máxima;
 - Rega de impregnação em emulsão catiónica lenta aplicada à taxa de 1,5 kg/m², com uma antecedência de 48 horas;
 - Rega de colagem em emulsão catiónica rápida, aplicada à taxa de 0,5 kg/m²;
 - Camada de desgaste em mistura betuminosa fechada 0/14 mm, na espessura mínima de 5 cm, executada com recurso a britas não calcárias.
 - Todos os lancis a aplicar deverão ser em betão.
7. A estrutura mínima a considerar para o passeio da Rua 5 de Outubro e eventualmente para o passeio do loteamento será a seguinte:
 - Compactação, utilizando rega até ao teor ótimo de humidade e por meio de equipamento mecânico, e regularização da superfície do solo de fundação;
 - Execução de camada de base em tout-venant, na espessura mínima de 15 cm;
 - Execução de almofada de areia ou pó de pedra com espessura mínima de 0,05 m;
 - Assentamento de cubos contrafiados e juntas entre cubos, com uma espessura máxima de 0,5 cm, preenchidas com a mesma areia ou pó de pedra.
 - Compactação final, por meios mecânicos, da calçada miúda de cubos de calcário.
8. A estrutura mínima a considerar para o acesso viário do lote 1, acessos viário e bolsas de estacionamento para o loteamento e eventualmente para a via de coexistência será a seguinte:
 - Compactação, utilizando rega até ao teor ótimo de humidade e por meio de equipamento mecânico, e regularização da superfície do solo de fundação;
 - Execução de camada de base, na espessura mínima de 25 cm, em tout-venant de 1.ª categoria, de britagem de granito ou calcário, devidamente regada até ao teor ótimo de humidade e compactada por meios mecânicos;
 - Execução de almofada para os cubos, na espessura mínima de 0,05 m, em areia com traço de cimento;

- Assentamento de cubos contrafiados e juntas entre cubos, com uma dimensão máxima de 1,0 cm, preenchidas com a mesma areia;
 - Compactação final, por meios mecânicos, da calçada de cubos.
 - Caso se trate de parqueamentos, a delimitação dos lugares deverá ser realizada por meio de fiadas de cubos de calcário branco, granito ou sienito, contrastando a sua cor com a pedra utilizada no pavimento, e assentes nas mesmas condições.
 - Os acessos viários deverão utilizar uma cor contrastante à do passeio ou serem delimitados com duas fiadas em calçada grossa por forma a alertar o peão da diferença de uso.
9. Para a zona interna do loteamento poderá ser utilizado o pavê (blocos de betão retangulares) ao invés das camadas definidas em 2.4 e 2.5, devendo a estrutura de pavimento ser devidamente fundamentada.
10. Deverá ser prevista uma passadeira no entroncamento com a Rua 5 de Outubro, outra perto dos lotes 27/38/35/36 e outra na parte nascente, perto dos lotes 40/23. Estas deverão ter rebaixamento de passeio até ao nível da plataforma viária (ressalto zero) e obedecer à NP 4564/2019.
11. Os lugares de parqueamento nas extremas da respetiva bolsa adjacentes à faixa de rodagem deverão prever um espaço adicional para facilitar as manobras de parqueamento, com uma largura adicional (lugar trapezoidal) ou raio mínimos de 1,5 metros até ao lancil.
12. Deverá ser adotada arborização em caldeira nos arruamentos internos, já que para além de contribuir para orientar a circulação automóvel contribuirá para a qualidade do espaço público urbano, sendo uma forma de incrementar o conforto climático.
13. O levantamento topográfico identifica a existência de um sobreiro na área de intervenção, localizado no futuro lote 49; ao qual se aplica o regime de proteção ao sobreiro e azinheira (D.L. n.º 169/2001, com a redação em vigor)
14. Aquando da entrega dos projetos de especialidade deverá ser entregue projeto de Arquitetura Paisagista nos termos do art.º 6º da Portaria n.º 1379/2009 de 30 de outubro, complementado com o respetivo termo de responsabilidade do técnico autor do projeto, de acordo com o estipulado na alínea f) do nº1 do art.º 9º da Portaria n.º 232/2008 de 11 de março;
15. O projeto de iluminação pública deve dar cumprimento á Norma técnica da CMP sobre Equipamentos de iluminação pública, que define as regras a prever nestas novas instalações, conforme norma adotada no município.

Uma vez que a proposta de loteamento cumpre com os parâmetros urbanísticos do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Palmela, sendo ainda dado resposta aos critérios de integração urbanística, de onde resulta a qualificação de uma zona urbana expectante,

existindo suporte infraestrutural para a pretensão, nas condições referidas, propõe-se ao abrigo do n.º 1, do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, o deferimento do pedido de licenciamento da operação de loteamento, incidente sobre o prédio atrás identificado, sito em Vale de Craveiras – Quinta do Anjo, consubstanciada na planta síntese apresentada sob o requerimento n.º 3841/2023, de 07/07/2023 e posteriores, condicionado ao cumprimento dos procedimentos e exigências técnicas referidas na presente proposta, especificamente:

- a) Promoção de procedimento de licenciamento de demolição das construções existentes no prédio;
- b) Celebração, na fase de licenciamento das obras de urbanização, de contrato de urbanização ao abrigo do artigo 55.º do RJUE, nos termos a definir pelo município, para:
 - Reforço ao sistema de abastecimento de água com intervenção em captação pública existente, sua recuperação, limpeza, testes e dotação de equipamento adequado,
 - Beneficiação da Rua Manuel Carvalho Demécio, no limite nascente do loteamento, assim que a condicionante RAN deixe de abranger a zona em causa, com a entrada em vigor da revisão do PDM;
- c) Para efeitos de futura emissão do alvará de loteamento deverá o Quadro Sinótico ser vertido na planta síntese, conforme exigência do RJUE.

Caso a proposta mereça deliberação favorável, esta terá a validade de um ano conforme determinado no artigo 76º do RJUE, devendo nesse prazo ser requerido o licenciamento das obras de urbanização, sob pena de caducidade, nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 71º do mesmo diploma legal.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Gabinete de Participação e Cidadania

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 5 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Palmela - atualizações.

PROPOSTA N.º GPC 01_24-23:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 abril, estabeleceu com a Juntas de Freguesia de Palmela, um processo de transferência de competências e de recursos que teve início em dois momentos distintos, a 1 de outubro de 2022 e a 1 de janeiro de 2023.

Este processo de transferência de competências e de recursos envolveu um conjunto de áreas de intervenção no território, que foi sujeito a redação e aprovação pelos vários órgãos, dos respetivos autos, nomeadamente:

- a) Gestão e manutenção e espaços verdes
- b) Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros
- c) Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público
- d) Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico e manutenção dos espaços envolventes

Estando o ano de 2023 a terminar, e com ele todo um ano de transferência de competências e de recursos entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Palmela, cujo saldo é globalmente positivo, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, após reuniões realizadas para análise e aferição do processo, entenderam que há necessidade de proceder a atualizações de alguns destes instrumentos, quer ao nível dos valores/verbas a transferir, quer ao nível das próprias redações, melhorando-as e corrigindo e clarificando alguns aspetos.

Entendeu-se, assim, necessário proceder à atualização dos autos de transferências de competências e de recursos nas áreas da Gestão e manutenção e espaços verdes, bem como da Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, não se afigurando necessária atualização nos restantes.

Assim, considerando que:

- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Gestão e Manutenção de Espaços Verdes com a Junta de Freguesia de Palmela, necessita de atualizações de verbas no que diz respeito à conservação e manutenção de sistemas rega;
- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Gestão e Manutenção de Espaços Verdes com a Junta de Freguesia de Palmela, tem de deixar de fazer referência à existência de empresa externa para gestão e manutenção de alguns dos espaços na freguesia, pois aquando da entrada em vigor dos autos de transferência existiam contratos celebrados entre a Câmara Municipal e duas empresas para trabalhos de manutenção nas zonas de Palmela e Aires, cujos contratos foram naturalmente sujeitos à cessão da posição contratual entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia;
- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Gestão e Manutenção de Espaços Verdes com a Junta de Freguesia de Palmela, tem de deixar de fazer referência aos valores para trabalhos por administração direta, uma vez que decorrido este tempo cabe à Junta de Freguesia esta definição;
- Há necessidade de clarificar alguns aspetos relacionados com as espécies arbóreas no que diz respeito aos tratamentos fitossanitários;

- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, necessita de atualizações de verbas no que diz respeito a herbicidas e fitofármacos, bem como manutenção e equipamentos, neste último também para fazer face à necessidade verificada de aquisição de carrinhos de limpeza por parte da Junta de Freguesia, uma vez que a Câmara Municipal apenas conseguiu proceder à transferência de uma unidade;
- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, necessita de atualização do Anexo II (Recursos Patrimoniais), pois há necessidade de proceder à transferência de um aplicador de herbicida com motor/motopulverizador, novo, uma vez que o que foi inicialmente integrado na transferência revelou sofrer de graves patologias de funcionamento logo após o processo de transferência.

Propõe-se que:

1. Nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea o) e 25.º, n.º 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a atualização do “Auto de Transferência de Competências e de Recursos para Gestão e manutenção de espaços verdes” e o “Auto de Transferência de Competências e de Recursos para a Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros” celebrados individualmente com a Junta de Freguesia de Palmela, para o ano de 2024 e seguintes, conforme minutas em anexo;
2. De acordo com a alínea b) do artigo 157.º do Código do Procedimento Administrativo, os efeitos da presente proposta fiquem condicionados à aprovação, pelos órgãos municipais, do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024-2028.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 6 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Pinhal Novo - atualizações.

PROPOSTA N.º GPC 02_24-23:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 abril, estabeleceu com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, um processo de transferência de competências e de recursos que teve início em dois momentos distintos, a 1 de outubro de 2022 e a 1 de janeiro de 2023.

Este processo de transferência de competências e de recursos envolveu um conjunto de áreas de intervenção no território, que foi sujeito a redação e aprovação pelos vários órgãos, dos respetivos autos, nomeadamente:

- a) Gestão e manutenção e espaços verdes
- b) Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros
- c) Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público
- d) Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico e manutenção dos espaços envolventes

Estando o ano de 2023 a terminar, e com ele todo um ano de transferência de competências e de recursos entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, cujo saldo é globalmente positivo, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, após reuniões realizadas para análise e aferição do processo, entenderam que há necessidade de proceder a atualizações de alguns destes instrumentos, quer ao nível dos valores/verbas a transferir, quer ao nível das próprias redações, melhorando-as e corrigindo e clarificando alguns aspetos.

Entendeu-se, assim, necessário proceder à atualização dos autos de transferências de competências e de recursos nas áreas da Gestão e manutenção e espaços verdes, bem como da Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, não se afigurando necessária a atualização nos restantes.

Assim, considerando que:

- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Gestão e Manutenção de Espaços Verdes com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, necessita de atualizações de verbas no que diz respeito à conservação e manutenção de sistemas rega;
- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Gestão e Manutenção de Espaços Verdes com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, tem de deixar de fazer referência à existência de empresa externa para gestão e manutenção de alguns dos espaços na freguesia, pois aquando da entrada em vigor dos autos de transferência existia contrato celebrado entre a Câmara Municipal e uma empresa para trabalhos de manutenção, cujo contrato foi naturalmente sujeito à cessão da posição contratual entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia;
- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Gestão e Manutenção de Espaços Verdes com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, tem de deixar de fazer referência aos valores para trabalhos por administração direta, uma vez que decorrido este tempo cabe à Junta de Freguesia esta definição;
- Há necessidade de clarificar alguns aspetos relacionados com as espécies arbóreas no que diz respeito aos tratamentos fitossanitários;
- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, necessita de atualizações de verbas no que diz respeito a manutenção e equipamentos;

- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, tem de deixar de fazer referência à cedência de instalações que, no decurso do presente ano, se aferiu não serem necessárias.

Propõe-se que:

1. Nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea o) e 25.º, n.º 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a atualização do "Auto de Transferência de Competências e de Recursos para Gestão e manutenção de espaços verdes" e o "Auto de Transferência de Competências e de Recursos para a Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros" celebrados individualmente com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, para o ano de 2024 e seguintes, conforme minutas em anexo;
2. De acordo com a alínea b) do artigo 157.º do Código do Procedimento Administrativo, os efeitos da presente proposta fiquem condicionados à aprovação, pelos órgãos municipais, do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024-2028.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo - atualizações.

PROPOSTA N.º GPC 03_24-23:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 abril, estabeleceu com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, um processo de transferência de competências e de recursos que teve início em 1 de outubro de 2022.

Este processo de transferência de competências e de recursos envolveu um conjunto de áreas de intervenção no território, que foi sujeito a redação e aprovação pelos vários órgãos, dos respetivos autos, nomeadamente:

- a) Gestão e manutenção e espaços verdes
- b) Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros
- c) Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público
- d) Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico e manutenção dos espaços envolventes
- e) Gestão e manutenção dos Mercados Municipais de Quinta do Anjo e de Cabanas

Estando o ano de 2023 a terminar, e com ele todo um período de mais de um ano de transferência de competências e de recursos entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia

de Quinta do Anjo, cujo saldo é globalmente positivo, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, após reuniões realizadas para análise e aferição do processo, entenderam que há necessidade de proceder a atualizações de alguns destes instrumentos, quer ao nível dos valores/verbas a transferir, quer ao nível das próprias redações, melhorando-as e corrigindo e clarificando alguns aspetos.

Entendeu-se, assim, necessário proceder à atualização dos autos de transferências de competências e de recursos nas áreas da Gestão e manutenção e espaços verdes, bem como da Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, não se afigurando necessária a atualização nos restantes.

Assim, considerando que:

- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Gestão e Manutenção de Espaços Verdes com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, necessita de atualizações de verbas no que diz respeito à conservação e manutenção de sistemas rega;
- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Gestão e Manutenção de Espaços Verdes com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, tem de deixar de fazer referência à existência de empresa externa para gestão e manutenção de alguns dos espaços na freguesia, pois aquando da entrada em vigor dos autos de transferência existia contrato celebrado entre a Câmara Municipal e uma empresa para trabalhos de manutenção, cujo contrato foi naturalmente sujeito à cessão da posição contratual entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia;
- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Gestão e Manutenção de Espaços Verdes com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, tem de deixar de fazer referência aos valores para trabalhos por administração direta, uma vez que decorrido este tempo cabe à Junta de Freguesia esta definição;
- Há necessidade de clarificar alguns aspetos relacionados com as espécies arbóreas no que diz respeito aos tratamentos fitossanitários;
- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, necessita de atualizações de verbas no que diz respeito a herbicidas e fitofármacos.
- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, tem de refletir um aumento de recursos humanos que se aferiram necessários para o desenvolvimento da competência.

Propõe-se que:

1. Nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea o) e 25.º, n.º 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a

atualização do “Auto de Transferência de Competências e de Recursos para Gestão e manutenção de espaços verdes” e o “Auto de Transferência de Competências e de Recursos para a Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros” celebrados individualmente com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, para o ano de 2024 e seguintes, conforme minutas em anexo;

2. De acordo com a alínea b) do artigo 157.º do Código do Procedimento Administrativo, os efeitos da presente proposta fiquem condicionados à aprovação, pelos órgãos municipais, do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024-2028.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 8 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a União de Freguesias de Poceirão e Marateca - atualizações.

PROPOSTA N.º GPC 04_24-23:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 abril, estabeleceu com a União de Freguesias de Poceirão e Marateca, um processo de transferência de competências e de recursos que teve início a 1 de outubro de 2022.

Este processo de transferência de competências e de recursos envolveu um conjunto de áreas de intervenção no território, que foi sujeito a redação e aprovação pelos vários órgãos, dos respetivos autos, nomeadamente:

- a) Gestão e manutenção e espaços verdes
- b) Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros
- c) Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público
- d) Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico e manutenção dos espaços envolventes

Estando o ano de 2023 a terminar, e com ele todo um período de mais de um ano de transferência de competências e de recursos entre a Câmara Municipal e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca, cujo saldo é globalmente positivo, a Câmara Municipal e a União de Freguesias, após reuniões realizadas para análise e aferição do processo, entenderam que há necessidade de proceder a atualizações de alguns destes instrumentos, quer ao nível dos valores/verbas a transferir, quer ao nível das próprias redações, melhorando-as e corrigindo e clarificando alguns aspetos.

Entendeu-se, assim, necessário proceder à atualização dos autos de transferências de competências e de recursos nas áreas da Gestão e manutenção e espaços verdes, bem como

da Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, não se afigurando necessária a atualização nos restantes.

Assim, considerando que:

- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Gestão e Manutenção de Espaços Verdes com a União de Freguesias de Poceirão e Marateca, necessita de atualizações de verbas no que diz respeito à conservação e manutenção de sistemas rega;
- Há necessidade de clarificar alguns aspetos relacionados com as espécies arbóreas no que diz respeito aos tratamentos fitossanitários;
- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, necessita de atualizações de verbas no que diz respeito a herbicidas e fitofármacos, bem como manutenção e equipamentos;
- O Auto de Transferência de Competências e de Recursos referente à Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, tem de refletir um aumento de recursos humanos que se aferiram necessários para o desenvolvimento da competência.

Propõe-se que:

1. Nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea o) e 25.º, n.º 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a atualização do “Auto de Transferência de Competências e de Recursos para Gestão e manutenção de espaços verdes” e o “Auto de Transferência de Competências e de Recursos para a Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros” celebrados individualmente com a União de Freguesias de Poceirão e Marateca, para o ano de 2024 e seguintes, conforme minutas em anexo;
2. De acordo com a alínea b) do artigo 157.º do Código do Procedimento Administrativo, os efeitos da presente proposta fiquem condicionados à aprovação, pelos órgãos municipais, do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024-2028.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 9 – Contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Palmela - atualizações.

PROPOSTA N.º GPC 05_24-23:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 120º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato de 2021/2025, no âmbito da

Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativos, tendo os mesmos sido aprovados pela Câmara Municipal, a 13/12/2021, e pela Assembleia Municipal, a 20/12/2021.

Esses Contratos Interadministrativos, que já foram, em algumas áreas de atuação, sujeitos a atualizações, no final do ano de 2022, com efeitos para este ano de 2023, delegam, entre outras, na Junta de Freguesia de Palmela, a competência: Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais.

Assim,

- Considerando que, em reunião realizada com a Junta de Freguesia de Palmela, no âmbito da avaliação dos trabalhos atinentes aos Contratos Interadministrativos, foi considerada a necessidade de se proceder à atualização dos espaços e áreas do contrato interadministrativo em apreço, tendo em conta a reabilitação de espaços existentes (no caso concreto o Espaço de Jogo e Recreio da Venda do Alcaide);
- Considerando que se verificou que o contrato interadministrativo não incluía o Circuito de Fitness da Estação de Palmela;
- Considerando que se procedeu a verificações e correções, quando existentes, nas áreas de alguns espaços que poderiam não estar devidamente corretas.

Propõe-se que:

1. Nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea o) e 25.º, n.º 1, alínea j), do RJAL, a Câmara deliberar submeter à Assembleia Municipal a atualização do “Contrato Interadministrativo para a Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais” com a Junta de Freguesia de Palmela para o ano de 2024 e seguintes, conforme minutas em anexo;
2. De acordo com a alínea b) do artigo 157.º do Código do Procedimento Administrativo, os efeitos da presente proposta fiquem condicionados à aprovação, pelos órgãos municipais, do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024-2028.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 10 – Contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo - atualizações.

PROPOSTA N.º GPC 06_24-23:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 120º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato de 2021/2025, no âmbito da

Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativos, tendo os mesmos sido aprovados pela Câmara Municipal, a 13/12/2021, e pela Assembleia Municipal, a 20/12/2021.

Esses Contratos Interadministrativos, que já foram, em algumas áreas de atuação, sujeitos a atualizações, no final do ano de 2022, com efeitos para este ano de 2023, delegam, entre outras, na Junta de Freguesia de Pinhal Novo, as seguintes competências:

- a) Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais;
- b) Manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados.

Assim,

- Considerando que, em reunião realizada com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, no âmbito da avaliação dos trabalhos atinentes aos Contratos Interadministrativos, foi considerada a necessidade de se proceder à atualização dos espaços e áreas do contrato interadministrativo referido na alínea a), tendo em conta a construção de novos espaços (no caso concreto o Espaço de Jogo e Recreio Maria Eduarda Ferreira);
- Considerando que se procedeu a verificações e correções, quando existentes, nas áreas de alguns espaços que poderiam não estar devidamente corretas;
- Considerando a revisão da extensão em quilómetros lineares de caminhos e arruamentos não asfaltados, tendo em conta as pavimentações entretanto realizadas;
- Considerando os elevados custos atuais relacionados com manutenção de viaturas e combustíveis, considerou-se necessário atualizar o valor por quilómetro linear do contrato interadministrativo referido na alínea b), dos atuais €660,00/kml para os €700,00/kml;
- Considerando que os contratos interadministrativos preveem, nas suas redações, a possibilidade de atualizações anuais de verbas.

Propõe-se que:

1. Nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea o) e 25.º, n.º 1, alínea j), do RJAL, a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal a atualização do “Contrato Interadministrativo para a Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais” e do “Contrato Interadministrativo para a Manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados” com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo para o ano de 2024 e seguintes, conforme minutas em anexo;
2. De acordo com a alínea b) do artigo 157.º do Código do Procedimento Administrativo, os efeitos da presente proposta fiquem condicionados à aprovação, pelos órgãos municipais, do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024-2028.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 11 – Contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo - atualizações.

PROPOSTA N.º GPC 07_24-23:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato de 2021/2025, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativos, tendo os mesmos sido aprovados pela Câmara Municipal, a 13/12/2021, e pela Assembleia Municipal, a 20/12/2021.

Esses Contratos Interadministrativos, que já foram, em algumas áreas de atuação, sujeitos a atualizações, no final do ano de 2022, com efeitos para este ano de 2023, delegam, entre outras, na Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, as seguintes competências:

- a) Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais;
- b) Manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados;
- c) Reposição de pavimentos em calçada ou outros.

Assim,

- Considerando que, em reunião realizada com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, no âmbito da avaliação dos trabalhos atinentes aos Contratos Interadministrativos, foi considerada a necessidade de se proceder à atualização dos espaços e áreas do contrato interadministrativo referido na alínea a), tendo em conta a construção dos balneários do Polidesportivo do Bairro Alentejano, sendo que neste caso se definiu um valor não em função da área dada a especificidade do equipamento em causa;
- Considerando que se procedeu a verificações e correções, quando existentes, nas áreas de alguns espaços que poderiam não estar devidamente corretas;
- Considerando a revisão da extensão em quilómetros lineares de caminhos e arruamentos não asfaltados, tendo em conta as pavimentações entretanto realizadas;
- Considerando os elevados custos atuais relacionados com manutenção de viaturas e combustíveis, considerou-se necessário atualizar o valor por quilómetro linear do contrato interadministrativo referido na alínea b), dos atuais €660,00/kml para os €700,00/kml;
- Considerando que relativamente ao contrato de reposição de calçada, o ano de 2023 tem revelado na freguesia uma taxa de execução bastante elevada e superior à definida, muito

devido a intervenções municipais no subsolo, havendo necessidade de proceder à revisão da metragem definida;

- Considerando que os contratos interadministrativos preveem, nas suas redações, a possibilidade de atualizações anuais de verbas.

Propõe-se que:

1. Nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea o) e 25.º, n.º 1, alínea j), do RJAL, a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal a atualização do “Contrato Interadministrativo para a Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais”, do “Contrato Interadministrativo para a Manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados” e do “Contrato para Reposição de pavimentos em calçada ou outros” com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo para o ano de 2024 e seguintes, conforme minutas em anexo;
2. De acordo com a alínea b) do artigo 157.º do Código do Procedimento Administrativo, os efeitos da presente proposta fiquem condicionados à aprovação, pelos órgãos municipais, do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024-2028.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 12 – Contratos Interadministrativos com a União de Freguesias de Poceirão e Marateca - atualizações.

PROPOSTA N.º GPC 08_24-23:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato de 2021/2025, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativos, tendo os mesmos sido aprovados pela Câmara Municipal, a 13/12/2021, e pela Assembleia Municipal, a 20/12/2021.

Esses Contratos Interadministrativos, que já foram, em algumas áreas de atuação, sujeitos a atualizações, no final do ano de 2022, com efeitos para este ano de 2023, delegam, entre outras, na União de Freguesias de Poceirão e Marateca, as seguintes competências:

- a) Manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados;
- b) Reposição de pavimentos em calçada ou outros;
- c) Recolha de monos, verdes e afins.

Assim,

- Considerando que, em reunião realizada com a União de Freguesias de Poceirão e Marateca, no âmbito da avaliação dos trabalhos atinentes aos Contratos Interadministrativos, foi considerada a necessidade de revisão da extensão em quilómetros lineares de caminhos e arruamentos não asfaltados, tendo em conta as pavimentações entretanto realizadas;
- Considerando os elevados custos atuais relacionados com manutenção de viaturas e combustíveis, considerou-se necessário atualizar o valor por quilómetro linear do contrato interadministrativo referido na alínea b), dos atuais €660,00/kml para os €700,00/kml;
- Considerando que os elevados custos atuais relacionados com manutenção de viaturas e combustíveis também têm impacto no contrato interadministrativo afeto à recolha de monos e verdes;
- Considerando que relativamente ao contrato de reposição de calçada, o ano de 2023 tem revelado na freguesia uma taxa de execução bastante elevada e superior à definida, muito devido a intervenções municipais no subsolo, havendo necessidade de proceder à revisão da metragem definida;
- Considerando que os contratos interadministrativos preveem, nas suas redações, a possibilidade de atualizações anuais de verbas.

Propõe-se que:

1. Nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea o) e 25.º, n.º 1, alínea j), do RJAL, a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal a atualização do “Contrato Interadministrativo para a Manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados”, do “Contrato para Reposição de pavimentos em calçada ou outros” e do “Contrato para Recolha de monos, verdes e afins” com a União de Freguesias de Poceirão e Marateca para o ano de 2024 e seguintes, conforme minutas em anexo;
2. De acordo com a alínea b) do artigo 157.º do Código do Procedimento Administrativo, os efeitos da presente proposta fiquem condicionados à aprovação, pelos órgãos municipais, do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024-2028.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Divisão de Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 13 – Mapa de Pessoal para o ano de 2024 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas.

PROPOSTA N.º DAFRH_DRH 01_24-23:

«O mapa de pessoal, atento o preceituado no art.º 29º da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas LTFP), constitui um instrumento privilegiado de trabalho no planeamento e gestão estratégica de recursos humanos no contexto municipal, que incorpora os postos de trabalho necessários ao cumprimento/prossecação dos objetivos da organização e ao desenvolvimento das atividades municipais, atentas as respetivas atribuições e competências, materializando uma visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos, de acordo com o princípio da prestação de serviço público eficiente, eficaz e de qualidade.

Como instrumento de gestão previsional, o mapa de pessoal, com vigência temporal anual, é aprovado em simultâneo, com a proposta de orçamento municipal para vigorar no ano seguinte, em consonância com o estabelecido no artigo 28º da LTFP em articulação com o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Considerando que a Câmara Municipal de Palmela preconiza uma gestão estratégica de recursos humanos, focada nas pessoas como elemento diferenciador e promotor do desenvolvimento no seio da organização, e ativo fundamental na prossecação das atribuições e competências cometidas aos diversos serviços municipais, torna-se essencial garantir uma adequada gestão previsional dos postos de trabalho e exercício das respetivas competências, por forma a assegurar a satisfação das necessidades permanentes de serviço nas unidades orgânicas, como também promover um forte alinhamento das pessoas com a missão e os objetivos estratégicos da organização, fomentando, assim, uma cultura organizacional orientada para a prestação de um serviço público de qualidade, de acordo com critérios de eficácia, eficiência, racionalização e otimização de meios (artigo 29º, nºs 1 e 2 da LTFP).

A presente proposta de mapa de pessoal tem em consideração o novo paradigma operado pelo Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os municípios na área da saúde (assistentes operacionais) afetos a UCSP do Concelho de Palmela, que ascende a um rácio de 18 efetivos.

Por seu turno, no âmbito da transferência de competências do município para as Freguesias, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, em consonância com os autos de transferência aprovados, 5 trabalhadoras/es, providas na carreira de assistente operacional, transitaram para o mapa de pessoal de Junta de Freguesia do concelho, com efeitos a partir de 23/02/2023, de acordo com a lista nominativa publicada na 2ª série do Diário da República de 22 de fevereiro, o que operou a libertação de postos de trabalho no mapa de pessoal do município de Palmela .

A proposta de mapa de pessoal para 2024, consagra o total de 1480 postos de trabalho, dos quais 1226 se encontram ocupados e 243 vagos - alguns destes (70) cativos para salvaguarda de provimento nas respetivas categorias de origem de trabalhadoras/es que se encontram, atualmente em regime de mobilidade intercarreiras/intercategorias, regime de comissão de

serviço em cargos dirigentes, períodos experimentais e mobilidades na categoria em outras entidades públicas.

Os postos efetivamente vagos a criar, visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento, a efetivar no âmbito de procedimentos concursais, alguns deles a tramitar e outros a desencadear, ou com recurso ao instrumento da mobilidade na categoria com o objetivo de suprir necessidades permanentes de serviço existentes e outras que se antecipam face à eminente transferência de competências da administração central para o município, nas áreas da saúde e social, com acréscimo e complexidade de responsabilidades, por forma a permitir mitigar a falta de capital humano em áreas técnicas e também operacionais (com exigência de maior qualificação).

Salienta-se que, durante o ano de 2023, no âmbito dos diversos serviços municipais, se efetivou a mobilidade interna na categoria de 21 trabalhadoras/es, bem como 1 mobilidade intercategorias (coordenadora técnica), as quais, precedidas da concordância das/os respetivas/os trabalhadoras/es, tiveram subjacentes razões de conveniência para o interesse público. Tal potenciou a otimização das competências às exigências funcionais dos diversos postos de trabalho, contribuindo para o incremento da eficácia e eficiência e consequentemente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, potenciando a elevação da motivação das/os trabalhadoras/es.

Nos termos da LTFP, a cada carreira/categoria profissional, constante no mapa de pessoal, deverá corresponder um conteúdo funcional, com descrição das funções e atividades chave segundo as múltiplas áreas de trabalho existentes, com correspondência às atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas (artigo 80º, n.º 1). Em complemento, prevê o artigo 10º do Decreto-Lei nº 121/2008, de 11 de julho, que esta caracterização dos conteúdos funcionais inerentes aos postos de trabalho deverá constar em regulamento interno. No Município de Pamela, tal regulamento encontra-se em vigor desde 1 de janeiro de 2012, precedido de aprovação em sessão da assembleia municipal, realizada em 16 de dezembro de 2011, tendo sido objeto de três revisões.

Assinala-se que o Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas referentes aos postos de trabalho constantes no mapa de pessoal, constitui um instrumento importante de suporte à gestão integrada de recursos humanos, com impacto nas diversas valências de recursos humanos - recrutamento e seleção, mobilidade interserviços, avaliação de desempenho e formação profissional - coligindo informação específica e essencial sobre a complexidade funcional, as atividades e as responsabilidades inerentes ao desempenho das funções, em alinhamento com a missão, atribuições e competências cometidas a cada serviço.

Tendo por base o levantamento das necessidades de recursos humanos e a gestão previsional dos postos de trabalho a constar no mapa de pessoal para 2024, e considerando a necessidade de efetuar ajustamentos ao acervo de funções de algumas áreas de trabalho, considera-se

pertinente proceder novamente à revisão daquele regulamento, que se anexa, no sentido de atualizar o arquétipo de funções de novos postos de trabalho e descritivos funcionais cuja caracterização funcional e as especificidades inerentes à respetiva área de intervenção foram objeto de complementaridade, no sentido de adequar ao modelo de organização dos serviços municipais.

Decorre ainda de imperativo legal (Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro), para efeito de reconhecimento à atribuição do suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, a trabalhadoras/es integradas/os na carreira de assistente operacional, a necessidade de o mapa de pessoal conter a caracterização dos postos de trabalho das áreas funcionais elegíveis para o efeito, concretamente: (i) recolha e tratamento de resíduos; (ii) tratamento de efluentes; (iii) higiene urbana; (iv) saneamento; (v) procedimentos de inumações, exumações; transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas; (vi) limpeza de canis e recolha de cadáveres animais; (vii) asfaltamento de rodovias, com área de afetação às Divisões de Águas (DA), Infraestruturas e Espaço Público (DIVEP) e Serviços Urbanos (DSU).

Foram ouvidas as organizações representativas das/os trabalhadoras/es, e procedeu-se à audição de dirigentes, de modo a refletir os conhecimentos e a visão das/os responsáveis dos diversos serviços municipais, e assim obter uma caracterização precisa e fidedigna da totalidade dos postos de trabalho, com a identificação das respetivas atribuições, funções e atividades.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 01 de novembro e 50-A/2013, de 11 de novembro, delibere propor à Assembleia Municipal de Palmela que, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da referida lei e da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 29.º da LTFP, aprovar o mapa de pessoal para o ano 2024, bem como a revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas, em anexo.»

Sobre a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2024 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas, numerada DAFRH_DRH 01_24-23, intervêm:

Em complemento à apresentação da presente proposta o **Sr. Presidente** esclarece que gostariam de ter um mapa completo, pois assim não teriam de comprar serviços ao exterior, ou encontrar até algumas entropias. Esclarece igualmente que este é o mapa que se adequa à dotação orçamental que têm disponível nas despesas com pessoal e à gestão de pessoal que têm. Estão preparados para recrutar mais pessoal face aos novos desafios e novas competências que têm.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** intervém dando nota da posição do Partido Socialista quanto a este tipo de documentos de execução e de gestão, que consideram ser da responsabilidade da maioria. Também pelas razões aduzidas pela **Sra. Vereadora Mara Rebelo** anteriormente, informa que se irá abster à presente proposta.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristóvão, Mara Rebelo, Pedro Taleço e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Educação

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 14 – Segunda via do Cartão Escolar Municipal – preço para emissão do cartão.

PROPOSTA N.º DECS_DE 01_24-23:

«O Município alargou as suas competências ao 2º, 3º ciclo e secundário, fruto do processo de Transferência de Competências na área da Educação, tendo consequentemente alargado a utilização e acesso da sua plataforma digital na área da Educação, aos alunos destes ciclos de ensino.

O alargamento da contratualização dos serviços associados a esta plataforma incluiu a primeira entrega do Cartão Escolar Municipal aos alunos do 2º, 3º ciclo e secundário, cartão este que possibilita os consumos nas escolas de refeições escolares, a sua utilização na papelaria e bar, facilitando a uniformização da tecnologia destes cartões com outros sistemas, e permitindo o carregamento de forma fácil por parte dos encarregados de educação.

Há, contudo, necessidade de emissão de 2ª vias destes cartões, de forma a dar resposta a extravios ou deterioração dos mesmos, sendo que a emissão e impressão de 2ª via tem custos associados, devendo estes custos serem imputados aos seus utilizadores.

O preço proposto para a emissão de 2ª via do Cartão Escolar Municipal tem por base os custos com o material (cartão físico), os consumíveis considerados para a sua emissão, a plataforma digital utilizada e ainda recursos humanos necessários.

Assim propõe-se, ao abrigo da alínea e), do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a aprovação do valor do preço da 2ª via do Cartão Escolar Municipal que a seguir se apresenta, cujos cálculos e fundamentos constam da Ficha Técnica que se anexa e faz parte integrante da presente proposta.

2ª via do Cartão Escolar Municipal - € 5,00 (cinco euros), valor a considerar para o ano de 2024.»

Sobre a proposta de Segunda via do Cartão Escolar Municipal – preço para emissão do cartão, numerada DECS_DE 01_24-23, intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** questiona se os alunos apoiados pagam esta despesa, pois essa informação não está prevista na proposta. Consideram que sendo um aluno apoiado esse valor tem algum significado. Aprovam a proposta, mas entendem que deve existir uma retificação à mesma de forma a esclarecer essa questão.

Após ouvir algumas respostas que não se conseguem transcrever na presente ata, o **Sr. Presidente** informa que todos os alunos pagam esse valor. Mais esclarece que o pagamento da segunda via do cartão é uma penalização e um desincentivo para quem é descuidado. Apesar disso irão refletir sobre a proposta de melhoria.

Deixa a nota que, anteriormente, na escola faziam essa cobrança. Tem outra missão.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Divisão de Cultura e Desporto

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 15 – Preços de bilhetes para espetáculos no Cine-Teatro S. João 2024.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_24-23:

«No âmbito da programação do Cine Teatro S. João e da Candidatura de Apoio à Programação - Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (2022-2025) da DGARTES, o Município de Palmela promoverá, em 2024, os espetáculos abaixo identificados, sendo necessário proceder à criação de bilheteira para cada um deles, com a finalidade de comparticipar nas despesas de realização dos mesmos e garantir a proporcionalidade no valor a estabelecer.

O preço de bilhete proposto para cada um dos espetáculos tem em consideração o valor de contratação estabelecido pelas companhias e promotores, de acordo com os princípios orientadores de equivalência e de justa repartição dos encargos e de imputação de custos diretos e indiretos.

Nestes termos, propõe-se, ao abrigo da alínea e), do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e conforme o n.º 1, do artigo 12.º, da Tabela de Tarifas e Preços do Município de Palmela e Regulamento de Aplicação e Cobrança, a aplicação de preços de bilhete para os seguintes espetáculos:

- Dia 05 de janeiro de 2024 – Melleo Harmonia – Bilhete: €5,00

- Dia 09 de fevereiro de 2024 – Et Toi Michel - Bilhete: €5,00
- Dia 16 de março de 2024 – Filhos da Revolução – Bilhete: €5,00
- Dia 10 de maio de 2024 – Um Trio a Cantar Abril - Bilhete: €5,00
- Dia 31 de maio de 2024 – Boémia - Bilhete: €10,00
- Dia 28 de junho de 2024 – Palavras Não Ditas - Bilhete: €5,00
- Dia 26 de julho de 2024 – Manuel Oliveira Trio - Bilhete: €5,00
- Dia 09 de agosto de 2024 – O Gajo – Bilhete: €5,00€
- Dia 18 de outubro de 2024 – Café Concerto - Bilhete: €5,00
- Dia 03 de novembro de 2024 – Teresinha Landeiro – Bilhete: €10,00
- Dia 09 de novembro de 2024 – Rodrigo Cuevas – Bilhete: €10,00
- Dia 23 de novembro de 2024 – Rua das Pretas - Bilhete: €10,00
- Dia 30 de novembro de 2024 – O Punho – Bilhete: €5,00
- Dia 07 de dezembro de 2024 – Operários do Natal – Bilhete: €2,00
- Dia 13 de dezembro de 2024 – Camerata Musical do Barreiro – Bilhete: €5,00

O valor dos preços dos bilhetes, inclui o IVA à taxa legal em vigor.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** dá a palavra a quem queira intervir do Público, acrescentando que o(s) interveniente(s) deve(m) apresentar-se e referir que não se opõem à gravação, desde que seja essa a sua vontade.

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezanove horas e trinta e dois minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco